

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e do Modelo de documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen. As Demonstrações Financeiras Consolidadas são base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 *serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/rf.*

### 1. Conjuntura Econômica

O Banco Santander avalia que, no quarto trimestre de 2020, o cenário global continuou marcado pelos desdobramentos da pandemia do COVID-19, com os primeiros países afetados enfrentando a chamada "segunda onda" de contaminação na esteira do abrandamento de políticas de distanciamento social. Entretanto, o Banco destaca também a rápida evolução no processo de desenvolvimento de vacinas contra a doença, com alguns países já tendo iniciado um programa de imunização de seus cidadãos e vários formulando a mesma iniciativa para os próximos meses de 2021. A despeito das incertezas trazidas pela pandemia, os pacotes de estímulos fiscais e monetários implementados pela grande maioria das economias continuaram a fazer com que o Banco testemunhasse a divulgação de indicadores de atividade econômica mais positivos em relação ao período observado no mesmo período do terceiro trimestre de 2020. O Santander avalia que estes estímulos fiscais e monetários continuaram ajudando a dar suporte aos preços dos ativos financeiros. Por exemplo, o índice norte-americano S&P500 que havia recuado de 3,2 mil pontos para 2,5 mil pontos entre dezembro de 2019 e março de 2020, avançou para aproximadamente 3,1 mil pontos ao final de junho, encerrou o terceiro trimestre próximo a 3,4 mil pontos e avançou para patamares próximos a 3,8 mil pontos no quarto trimestre (alta de 11,7% nos últimos três meses de 2020).

No país, o Banco Santander considera que os infórtios gerados pela COVID-19 desviaram o foco das discussões sobre reformas estruturais para os debates sobre medidas de combate aos impactos econômicos provocados pela pandemia, principalmente para ações direcionadas às camadas mais pobres da população e aos segmentos empresariais mais expostos aos infórtios causados pelas políticas de distanciamento social. Na visão do Santander, tais medidas temporárias foram imprescindíveis para amenizar o impacto da crise, porém resultaram em aumento substancial das despesas públicas ao longo de 2020 e, por consequente, provocaram alta significativa no nível de endividamento do governo brasileiro. Este quadro, avalia o Banco, só reforça a necessidade de retomada das discussões sobre reformas estruturais após a superação da pandemia para evitar que a trajetória do endividamento público brasileiro se torne insustentável. Após uma onda inicial generalizada de revisões para baixo nas projeções do PIB em 2020 frente às expectativas do primeiro trimestre, o Banco observou os estímulos concedidos provocarem recuperação forte em alguns segmentos da economia brasileira - notadamente, no comércio varejista. Esta reação mais intensa do que muitos imaginavam fez com que os agentes econômicos passassem a projetar quedas menos intensas para o PIB brasileiro neste ano e esta tendência se manteve nos últimos meses. Enquanto a projeção mediana indicava retração de 6,6% para o PIB brasileiro ao final do segundo trimestre de 2020, ao final do quarto trimestre, a expectativa mediana foi de que a economia brasileira registrará recuo de 4,36% em 2020. O Banco julga que, embora menos intensa, a perspectiva de forte contração do PIB brasileiro em 2020, seguida de recuperação gradual nos anos posteriores - a mediana das expectativas para o crescimento do PIB em 2021 e 2022 eram de 3,4% e 2,5%, respectivamente, ao final do quarto trimestre - continuaram justificando a percepção geral de que a variação do IPCA convergirá para as metas estipuladas no horizonte relevante para a política monetária, a despeito de haver encarecido 2020 acima do objetivo estabelecido para o ano na esteira de choques temporários - a variação anual do IPCA em 2020 atingiu 4,5%, enquanto a meta era de 4,0%. A combinação de perspectivas de recuperação econômica gradual e inflação compatível com as metas estabelecidas é o que o Santander entende haver propiciado espaço ao Banco Central do Brasil para haver mantido a taxa básica de juros no patamar mínimo histórico do país (2,00% a.a.) no encerramento de 2020, além de sinalizar a permanência da taxa Selic neste nível durante boa parte do ano de 2021.

Na visão do Banco, o quadro de crescimento lento e endividamento público elevado é algo que tem mantido as expectativas internacionais ainda mais baixas quanto à aquisição de ativos financeiros brasileiros. Entretanto, esta postura não foi obstáculo para que as trajetórias registradas tanto pelo CDS de 5 anos do Brasil quanto da taxa de câmbio apresentassem desempenho favorável no quarto trimestre. No primeiro caso, o instrumento de proteção quanto a problemas de insolvência do governo brasileiro encerrou o período em 143 pontos básicos, patamar semelhante ao nível médio registrado no primeiro trimestre (portanto, antes da declaração de pandemia), quando o indicador estava ao redor de 150 pontos - patamar inferior aos 250 pontos registrado no final do terceiro trimestre. No caso da taxa de câmbio, o Banco viu acontecer um processo semelhante com a paridade frente ao dólar recuando de R\$5,60/US\$ ao final de setembro de 2020 para R\$5,20/US\$ no encerramento do quarto trimestre do ano passado, ainda que tenha sido negociada próxima a R\$5,80/US\$ ao longo do período. Em ambos os casos, o Santander avalia que o ganho para a melhor registrada ao longo do período diz respeito à redução das dívidas quanto à dinâmica fiscal brasileira para os próximos anos, na esteira de declarações oficiais que sinalizaram a disposição em responder às regras impostas pelo marco legal do teto de gastos públicos. Portanto, para que haja melhor adicional no desempenho destes indicadores, o Banco avalia que serão necessárias medidas que sinalizem ainda maior comprometimento do governo brasileiro com a reversão da trajetória ascendente de gastos públicos esperada para os anos à frente. Na visão do Santander, isto só será possível com a retomada de reformas estruturais.

### 2. Desempenho

#### 2.1) Resultado Societário

<b>Demonstração dos Resultados Consolidado (R\$ Milhões)</b>	<b>12M20</b>	<b>12M19</b>	<b>variação anual %</b>	<b>4T20</b>	<b>3T20</b>	<b>variação trimestral %</b>
Receitas da Intermediação Financeira	108.988,3	82.740,4	31,7	7.641,5	21.783,3	(64,9)
Despesas da Intermediação Financeira	(87.751,0)	(51.759,7)	69,5	6.651,9	(14.493,7)	(145,9)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira (a)</b>	<b>21.237,3</b>	<b>30.980,7</b>	<b>(31,4)</b>	<b>14.293,4</b>	<b>7.289,6</b>	<b>96,1</b>
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (a)	(12.555,1)	(14.218,8)	(11,7)	(3.838,5)	(2.595,8)	47,9
<b>Resultado Operacional</b>	<b>8.682,3</b>	<b>16.761,9</b>	<b>(48,2)</b>	<b>10.454,9</b>	<b>4.693,7</b>	<b>122,7</b>
Resultado não Operacional	239,0	8,5	2.718,3	(13,5)	15,9	(185,0)
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>	<b>8.921,2</b>	<b>16.770,4</b>	<b>(46,8)</b>	<b>10.441,4</b>	<b>4.709,6</b>	<b>121,7</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social (a)	6.539,5	(462,1)	(1.515,2)	(6.113,8)	(412,6)	1.381,7
Participações no Lucro	(1.857,9)	(1.734,9)	7,1	(436,7)	(457,7)	(4,6)
Participações dos Acionistas Minoritários	(133,4)	(392,4)	(66,0)	(32,3)	(28,1)	14,9
<b>Lucro Líquido Societário</b>	<b>13.469,4</b>	<b>14.181,0</b>	<b>(5,0)</b>	<b>3.858,7</b>	<b>3.811,2</b>	<b>1,2</b>

<b>Resultado Operacional antes da Tributação (R\$ Milhões)</b>	<b>12M20</b>	<b>12M19</b>	<b>variação anual %</b>	<b>4T20</b>	<b>3T20</b>	<b>variação trimestral %</b>
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>	8.921,2	16.770,0	(46,8)	10.441,4	4.709,6	121,7
Hedge Cambial	13.271,2	1.370,8	868,2	(4.248,0)	2.071,8	(305,0)
<b>Resultado Operacional Antes da Tributação Ajustado</b>	<b>22.192,4</b>	<b>18.140,8</b>	<b>22,3</b>	<b>6.193,4</b>	<b>6.781,4</b>	<b>(8,7)</b>

<b>Imposto sobre a Renda (R\$ Milhões)</b>	<b>12M20</b>	<b>12M19</b>	<b>variação anual %</b>	<b>4T20</b>	<b>3T20</b>	<b>variação trimestral %</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	6.539,5	(462,0)	(1.515,5)	(6.113,8)	(412,6)	1.381,7
Hedge Cambial	(13.271,2)	(1.370,8)	868,2	4.248,0	(2.071,8)	(305,0)
<b>Imposto sobre a Renda e Contribuição Social Ajustado</b>	<b>(6.731,7)</b>	<b>(1.832,8)</b>	<b>267,3</b>	<b>(1.865,8)</b>	<b>(2.484,5)</b>	<b>(24,9)</b>

A rápida adaptação do Banco a cenários diversos, suportada por uma sólida posição de balanço e um modelo de negócios bem definido, possibilitou a captura de importantes oportunidades no período, priorizando sempre as necessidades dos clientes. Nesse sentido, oferecemos um plano de prorrogação de parcelas de vários tipos de financiamentos concedidos para os clientes com objetivo de proporcionar maior capacidade financeira. No exercício, foi constituída uma provisão adicional de R\$3,2 bilhões suportada por uma alteração no cenário macroeconômico, que impactou nosso modelo de provisionamento. Além disso, o Banco seguiu com evolução contínua dos nossos modelos de riscos, que ajudou na manutenção, em parâmetros controlados de qualidade da carteira de crédito. Como efeito das nossas ações no período, observamos crescimento das margens enquanto atingimos o melhor patamar histórico do índice de eficiência. O retorno sobre o patrimônio líquido médio atingiu 18,11% no exercício, queda de 2,90 p.p. e de 13,79% nos últimos 12 meses.

### a) Hedge Cambial das Agências Grand Cayman e Luxemburgo e da Subsidiária Santander Brasil EFC

O Banco Santander opera agências nas Ilhas Cayman e em Luxemburgo, além da subsidiária Santander Brasil EFC, que são usadas, principalmente, para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro. Para cobrir a exposição às variações cambiais, o Banco utiliza captações externas e instrumentos derivativos. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos em instrumentos não são tributáveis ou dedutíveis para fins do PIS/COFINS/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas das obrigações e dos instrumentos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses instrumentos derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos. A partir de 2022, toda variação cambial passará a ser computada na base tributável do IRPJ e CSLL. A Lei 14.031/20, de 28 de julho de 2020, determina que, a partir de janeiro de 2021, 50% da variação cambial dos investimentos no exterior deverá ser computada na determinação do lucro real e na base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da pessoa jurídica investidora domiciliada no País. A partir de 2022, a variação cambial dos investimentos no exterior será integralmente computada nas bases do IRPJ e CSLL. O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no resultado operacional e no impacto de despesas tributárias (PIS/COFINS e impostos sobre renda (IR/CSLL), conforme demonstrado abaixo.

### Hedge Cambial das Agências Grand Cayman e Luxemburgo e da Subsidiária Santander Brasil EFC (R\$ Milhões)

	<b>12M20</b>	<b>12M19</b>	<b>variação anual %</b>	<b>4T20</b>	<b>3T20</b>	<b>variação trimestral %</b>
Variação Cambial - Resultado de Intermediação Financeira	16.791,9	1.511,3	1011,1	(5.015,4)	2.449,4	(304,8)
Instrumentos Financeiros Derivativos - Resultado de Intermediação Financeira	(30.374,9)	(2.776,6)	993,9	9.723,8	(4.587,7)	(311,9)
IR/CSLL	13.271,2	1.370,8	868,1	(4.248,0)	2.071,8	(305,0)
PIS/COFINS - Despesas tributárias	311,8	(106,5)	(392,5)	(460,4)	66,5	(792,3)

### b) Outras Receitas (Despesas) Operacionais

As receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias totalizaram R\$ 18.464 milhões no acumulado do ano, queda de 1,2% sobre o 12M19, explicada, principalmente, pela menor receita de cartões e serviços adquirente. No 4T20, essas receitas somaram R\$ 5.133 milhões, 8,2% superiores a 4T20, como resultado do melhor desempenho de quase todas as linhas de receitas.

<b>Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias (R\$ Milhões)</b>	<b>12M20</b>	<b>12M19</b>	<b>variação anual %</b>	<b>4T20</b>	<b>3T20</b>	<b>variação trimestral %</b>
Administração de Recursos	1.016,9	1.085,9	(6,4)	276,7	262,0	5,6
Serviços de Conta Corrente	3.965,6	3.857,1	2,8	1.057,7	1.021,6	3,5
Operações de Crédito e Rendas de Garantias Prestadas	1.437,6	1.379,3	4,2	389,1	1.437,2	2,9
Operações de Crédito	805,8	834,5	(3,4)	233,5	197,2	18,4
Rendas de Garantias Prestadas	631,8	544,7	16,0	155,6	181,0	(14,0)
Comissões de Seguros	3.116,9	3.118,3	(0,0)	907,4	745,3	21,7
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirente	5.590,2	6.118,4	(8,6)	1.621,7	1.406,5	15,3
Cobrança e Arrecadações	1.471,1	1.514,6	(2,9)	384,8	368,6	4,4
Colocação de Títulos, Custódia e Corretagem	1.062,0	982,1	8,1	223,5	361,0	(38,1)
Outras	803,7	628,8	27,8	272,4	201,1	34,1
<b>Total</b>	<b>18.464,0</b>	<b>18.684,5</b>	<b>(1,2)</b>	<b>5.133,3</b>	<b>4.746,3</b>	<b>8,2</b>

<b>Despesas Gerais (R\$ Milhões)</b>	<b>12M20</b>	<b>12M19</b>	<b>variação anual %</b>	<b>4T20</b>	<b>3T20</b>	<b>variação trimestral %</b>
Despesas de Pessoal e Participações no Lucro	(9.035,2)	(9.496,2)	(4,9)	(1.522,0)	(1.340,7)	13,5
Outras Despesas Administrativas, excluindo os efeitos da amortização do ágio	(12.800,4)	(11.775,1)	8,7	(3.456,9)	(3.210,0)	7,7
<b>Total de Despesas Gerais, excluindo os efeitos da amortização do ágio</b>	<b>(21.835,5)</b>	<b>(21.271,3)</b>	<b>2,7</b>	<b>(4.978,9)</b>	<b>(4.550,7)</b>	<b>9,4</b>

### 2.2) Ativos e Passivos

<b>Balanco Patrimonial Consolidado (R\$ Milhões)</b>	<b>Dez/20</b>	<b>Dez/19</b>	<b>variação anual %</b>
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	988.537,8	844.294,7	17,1
Permanente	13.851,2	13.248,4	4,5
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.002.389,0</b>	<b>857.543,1</b>	<b>16,9</b>
<b>Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo</b>	<b>9.021.314,6</b>	<b>785.789,3</b>	<b>17,3</b>
Resultados de Exercícios Futuros	355,5	285,2	(24,2)
Participação dos Acionistas Minoritários	1.150,7	1.695,4	(32,1)
Patrimônio Líquido	7.888,2	69.773,2	13,9
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>1.002.389,0</b>	<b>857.543,1</b>	<b>16,9</b>

Os ativos totais estão, principalmente, representados:

<b>(R\$ Milhões)</b>	<b>Dez/20</b>	<b>Dez/19</b>	<b>variação anual %</b>
Carteira de Crédito	411.654,8	352.027,9	16,9
Títulos e Val. Mob. e Inst. Financeiros Derivativos	266.088,4	193.454,7	37,5
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	69.698,3	43.367,5	60,7
Relações Interfinanceiras	91.011,3	89.265,0	2,0

### 2.3) Carteira de Crédito

<b>ABERTURA GERENCIAL DO CRÉDITO POR SEGMENTO (R\$ Milhões)</b>	<b>Dez/20</b>	<b>Dez/19</b>	<b>variação anual %</b>
Pessoa Física <sup>(1)</sup>	173.627,0	155.337,8	11,8
Financiamento ao Consumo	60.256,3	58.231,0	3,5
Pessoa Física <sup>(1)</sup>	53.974,2	50.671,1	6,5
Pessoa Jurídica	6.282,1	7.559,9	(16,9)
Pequenas e Médias Empresas (PMEs)	55.914,9	41.261,7	35,5
Grandes Empresas	121.183,5	97.197,3	24,7
Sim	673,1	0,0	673,1
<b>Total Carteira de Crédito</b>	<b>411.654,8</b>	<b>352.027,9</b>	<b>16,9</b>
Outras Operações com Riscos de Crédito	99.311,8	80.505,1	23,4
<b>Total Carteira ampliada (bruta)</b>	<b>510.966,6</b>	<b>432.533,0</b>	<b>18,1</b>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa <sup>(2)</sup>	(25.067,0)	(21.408,1)	17,1
<b>Total Carteira de Crédito (líquida)</b>	<b>485.899,6</b>	<b>411.124,9</b>	<b>18,2</b>

<sup>(1)</sup>Incluindo Financiamento ao consumo, a carteira de pessoa física atinge R\$227.601 em 31 de dezembro de 2020 (31/12/2019 - R\$206.009).

<sup>(2)</sup> Adicional à provisão para empréstimos, também inclui debêntures, FIDC, CRI, notas promissórias, notas promissórias de colocação no exterior, ativos relacionados às atividades de adquirência e avais e fianças. A carteira de crédito alcançou R\$ 411.655 milhões em 2020 e que representa um aumento de 16,9% em relação ao ano anterior. Praticamente todos os segmentos registraram variação positiva no ano, sendo os segmentos PMEs e Grandes Empresas, as variações mais expressivas, 35,5% e 24,6%, respectivamente. Além disso, o desempenho segue suportado pela plataforma +Negócios, que atua no segmento de veículos e oferece melhor experiências durante toda a jornada do cliente.

### Inadimplência

O índice de inadimplência superior a 90 dias reduziu 0,9 p.p. no ano e atingiu 2,1% em dezembro de 2020, menor patamar já registrado. Esse movimento foi resultado da melhoria do índice dos segmentos PF e PJ que ainda são influenciados, em parte, pelo efeito das prorrogações de pagamentos oferecidas aos nossos clientes. Além disso, o mix de produtos, com menor participação dos rotativos, também contribuiu positivamente para o bom desempenho do índice de inadimplência. Em três meses, o indicador ficou estável.

O índice de inadimplência de 15 a 90 dias atingiu 2,8% em dezembro de 2020, redução de 1,0 p.p. no ano em ambos segmentos. No trimestre, o índice reduziu 0,3 p.p., beneficiado também pelo aumento da carteira de crédito no período.

O saldo das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito representa 6,1% da carteira de crédito em 31 de dezembro de 2020, 6,1% em 31 de dezembro de 2019.

A despeito de provisão para créditos de liquidação duvidosa, liquida das receitas com recuperação de créditos baixados para prejuízo no exercício de 2020 e de 2019, foi de R\$13.689 milhões e R\$13.447 milhões, respectivamente, apresentando aumento de 1,8%.

### 2.4) Captações com Clientes

<b>Captações com Clientes (R\$ Milhões)</b>	<b>12M20</b>	<b>12M19</b>	<b>variação anual %</b>
Depósitos à vista	41.821,3	29.107,5	43,7
Depósitos de poupança	63.306,5	49.039,9	29,1
Depósitos à prazo	279.778,6	190.344,4	47,0
Debêntures/LC/LCA/LIG <sup>(1)</sup>	52.382,8	50.635,2	3,5
Letras Financeiras/COE	18.462,0	34.526,5	(46,5)
<b>Total das Captações</b>	<b>455.751,2</b>	<b>353.653,6</b>	<b>28,9</b>

<sup>(1)</sup> Operações compromissadas com lastro em Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário, Letras de Crédito do Agronegócio e Letras Imobiliárias Garantidas.

As captações de clientes totalizaram R\$455.751 milhões em 31 de dezembro de 2020, com crescimento de 28,9% em doze meses (ou R\$102 milhões), influenciadas principalmente pela expressiva expansão de 43,7% em depósitos à vista, e pelo crescimento de 47,0% em depósito a prazo.

### 2.5) Emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Em 5 de novembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou o resgate das Notas emitidas no exterior (Notes) que compunham o Nível I e Nível II, emitidos em 29 de janeiro de 2014, no valor total de US\$2,5 bilhões. A recompra foi aprovada pelo Bacem em 18 de dezembro de 2018.

Em conjunto com a aprovação do resgate dos notes anteriores, o Conselho de Administração aprovou a emissão dos instrumentos de capital, a qual foi realizada em 8 de novembro de 2018. Tal emissão deu-se na forma de Notes, em dólares norte-americanos, no valor de US\$2,5 bilhões, para composição do Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência. A oferta destes Notes foi realizada fora do Brasil e dos Estados Unidos da América, para non-US Persons, com base no Regulation S no âmbito do Securities Act, tendo sido totalmente integralizada pelo Santander Espanha, acionista controlador do Banco Santander Brasil.

Em 18 de dezembro de 2018, o Bacem emitiu aprovação para que as Notas compusessem o Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência do Banco Santander a partir de tal data. Esta aprovação ensejou na reclassificação destes instrumentos da linha de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital para Dividas Subordinadas.

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

<b>Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital</b>	<b>Dez-20</b>	<b>Dez-19</b>		
<b>Características Específicas</b>	<b>Nível I</b>	<b>Nível II</b>	<b>Nível I <sup>(1)</sup></b>	<b>Nível II <sup>(2)</sup></b>
Emissão	nov-18	nov-18	nov-18	nov-18
Principal	US\$1.250	US\$1.250	US\$1.250	US\$1.250
Taxa de Juros <sup>(3)</sup>	7,250%	6,125%	7,250%	6,125%
Vencimento	Per Prazo (Sem Prazo)	nov-28	Per Prazo (Sem Prazo)	nov-28
Valor Contábil	R\$6.554	R\$6.565	R\$5.092	R\$5.083
Periodicidade de Pagamento	semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019	semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019	semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019	semestralmente, a partir de 8 de maio de 2019

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Consolidado do Banco Santander elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), ambos referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2020.

Em 23 de abril de 2020, conhecer a renúncia apresentada pelo Sr. Celso Clemente Giacometti aos cargos de membro do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Nomeação e Governança e membro do Comitê de Remuneração do Banco; (ii) aprovar a nomeação do Sr. Álvaro Antonio Cardoso de Souza, atual membro do Comitê de Nomeação e Governança do Banco, para a função de Coordenador do referido Comitê; (iii) aprovar a exoneração do Sr. Bernardo Farnes da Função de Coordenador do Comitê de Riscos e Compliance do Banco; (iv) aprovar a nomeação do Sr. Álvaro Antonio Cardoso de Souza, atual membro do Comitê de Riscos e Compliance do Banco, para a função de Coordenador do referido Comitê; e (v) aprovar a exoneração do Sr. José Roberto Machado Filho, Diretor Executivo do Banco.

Em 07 de abril de 2020, aprovar a eleição do Sr. Marcelo Augusto Dutra Labuto como Diretor sem designação específica do Banco. Em 28 de fevereiro de 2020 aprovar a exoneração do Sr. Ulisses Gomes Guimarães, Diretor sem designação específica do Banco; (iii) conhecer a renúncia do Sr. Gilberto Duarte de Abreu Filho, Diretor sem designação específica do Banco; e (iii) aprovar a eleição do Sr. Sandro Rogério da Silva Gamba como Diretor sem designação específica do Banco.

Em 03 de fevereiro de 2020, aprovar a eleição dos Srs. Sandro Kohler Marcondes, Vitor Ohtsuki e Geraldo José Rodrigues Alkmim Neto como Diretores sem designação específica.

Em 28 de janeiro de 2020, aprovar as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de nível de risco do universo auditéis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

As deliberações do Conselho de Administração do ano de 2019, estão descritas no Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras Individual e Consolidada de 31 de dezembro de 2019.

6. Gestão de Riscos O BACEN publicou em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº 4.557 que dispôs sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital (GIRC) entrando em vigor a partir do mesmo ano. A resolução destaca a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital, definição de programa de teste de estresse integrado e declaração de Apetite por Riscos (IRAS - Risk Appetite Statement), constituição de Comitê de Riscos, definição de política de divulgação de informações publicadas, indicação de diretor para gerenciamento de riscos, diretor de capital e diretor responsável pela política de divulgação do nível de risco do universo auditéis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão. A Auditoria Interna é uma função permanente e independente de qualquer outra função ou unidade, que tem como missão proporcionar ao Conselho de Administração e à alta direção asseguramento independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controle interno, de gestão dos riscos (atuais ou emergentes) e de governo, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IA).

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Banco Santander, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário. Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditéis considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão. Os programas de trabalho, que descrevem os testes de auditoria a serem realizados, são revisados periodicamente. O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração analisaram favoravelmente e aprovaram o plano de trabalho da Auditoria Interna para o ano de 2020.

7. Pessoas Com a crise de saúde pública desencadeada no início deste ano, nossa se falou tanto em cuidado. Cuidar de si e também do outro. E no Santander, seguimos cuidando de nossas pessoas, elemento essencial na Companhia. Afinal, são elas que pensam, projetam, desenvolvem, interagem e constroem aquilo que o

Banco Santander deseja ser. Esse é o motivo de o Banco investir em cada um dos 38.531 funcionários aqui no Brasil. No tema Saúde, desenvolvemos nosso protocolo interno de atuação na contenção do COVID-19, orientados pelos órgãos sanitários e de saúde. Temos o serviço de Telemedicina em parceria com o Hospital Albert Einstein, garantindo atendimento médico de alto padrão a 100% dos colaboradores e seus dependentes, além do investimento no Programa de Saúde Emocional que tem apoiado nossas pessoas na adaptação e enfrentamento do distanciamento social.

Para o desenvolvimento de nossas pessoas, a Academia Corporativa - a Academia Santander, trabalha por uma cultura forte, transversal, proporcionando a todos, de forma on-line e presencial, possam agir melhor aquilo que já conhecem e explorem novas possibilidades. De certificações obrigatórias para determinadas funções aos cursos de Liderança Digital, o mais importante é sair da zona de conforto e investir em si mesmo por meio da ampliação de conhecimento e repertório.

O Banco Santander apoia líderes e gestores para que estejam próximos e disponíveis. Essa atuação é baseada em três pilares: Feedback, Papo Aberto e Reconhecimento Personalizado, fazendo com que haja alinhamento entre todos por meio de conversas recorrentes e francas, direcionamento de carreira e momentos especiais para premiar o crescimento das equipes.

O Banco Santander preza por um ambiente diverso, onde cada competência e cada diferença é valorizada. Exemplo é o Grupo de Afinidade, criado para promover a diversidade e inclusão baseado nos 5 pilares: Liderança Feminina; Equidade Racial; Pessoas com Deficiência; Diversidade de Formações; Experiências e Gerações e o pilar LGBT+. Outro bom exemplo é o Show de Talentos. NEle, o Banco Santander abre espaço para conhecer as mais diferentes performances e explorar o universo de habilidades que existem no Banco, permitindo interação e confraternização entre os colegas.

Desde 2007, o banco realizou a Semana Santander, uma iniciativa que tem como objetivo celebrar a cultura institucional e se conectar com a comunidade, por meio de campanhas que mobilizam os mais de 45 mil colaboradores. Na edição de 2020, os desafios impostos pela pandemia nos motivaram a extrapolar as fronteiras das agências e dos prédios corporativos, convidando toda a sociedade para participar ainda que de forma remota, mas multiplicando o efeito da campanha. Todo o esforço foi revertido ao projeto "Mães da Favela", da Central Única das Favelas (CUFA), mais de R\$7.226 milhões distribuídos para mais de 4 mil famílias de mais de 5 mil favelas pelo Brasil. A disseminação do #efeitosantander para todo o Brasil! O resultado de todas essas ações é o alto índice de engajamento, comprovado por mais de duas pesquisas que são realizadas anualmente e que trazem excelentes indicadores. Um deles aponta que pelo menos 90% dos funcionários afirmam desejar permanecer no Banco Santander por um bom tempo. Acredita-se que essa satisfação reflete positivamente nas interações com os Clientes, gerando maior vinculação, crescimento sustentável e investimentos na Sociedade, o que encaminha o Banco Santander a ser o melhor Banco para todos os stakeholders.

8. Desenvolvimento Sustentável A estratégia de Sustentabilidade do Santander Brasil é baseada em três pilares: (i) Uso estratégico e eficiente dos Recursos Ambientais, (ii) Desenvolvimento de Potenciais e (iii) Economia Resiliente e Inclusiva. A visão do Banco, por meio desses pilares é contribuir com uma sociedade melhor, mais próspera e justa, mantendo a excelência e responsabilidade na gestão interna, tendo os valores éticos como base e a tecnologia a serviço das pessoas e dos negócios.

O ano de 2020 reforçou o compromisso de transformação nos negócios ESG (environmental, social and governance) com o lançamento de produtos inéditos no mercado, pela parceria com Itaú e Bradesco ao assumir dez compromissos para impulsionar o desenvolvimento sustentável na região Amazônica; e também pelo impacto social gerado nas comunidades, principalmente no apoio a instituições para o combate ao COVID-19.

No total, foram viabilizados R\$ 32,3 bilhões em negócios ESG, um crescimento de mais de 100% em relação ao ano anterior. Entre as novidades de 2020 estão a primeira operação de ESG Linked Loan, que tem as taxas de juros atreladas ao atingimento de compromissos estratégicos ambientais; a participação na primeira emissão de Green Bonds de uma companhia brasileira do setor de logística no mercado internacional; a emissão da segunda operação realizada no mundo de Sustainable Linked-Bond no valor de US\$1,25 bilhão e o lançamento de uma linha de R\$5 bilhões para viabilizar investimentos em saneamento. Foi também o primeiro banco a comercializar CBOs, títulos emitidos por fabricantes de biocombustíveis para ajudar as distribuidoras a compensar suas emissões de carbono, e lançou um novo modelo de financiamento a cooperados nas áreas de energia solar e irrigação. O Banco lançou o fundo Ethica, um dos primeiros com a temática sustentável e lançou o Santander Go Global Equity ESG, fundo que aplica seus recursos em um offshore com a finalidade de atender diversificada e que investe em empresas de alta qualidade nos principais países do mundo e que apresentam sólidos critérios de sustentabilidade.

No âmbito social, o Banco promoveu uma série de ações para apoiar os clientes e a sociedade diante do cenário da crise de saúde global, cujo recursos aplicados somaram R\$ 100 milhões. Entre as ações destacamos o apoio a cinco hospitais que atuaram na linha de frente no combate ao COVID-19, no qual mais de R\$ 7 milhões foram arrecadados, sendo metade dos valores doados por funcionários e a outra metade doada pelo Banco. Por meio de lives, funcionários arrecadaram ainda cerca de 800 toneladas de

alimentos, além de 170 mil produtos de higiene. Os materiais foram doados para mais de 500 instituições, impactando mais de 700 mil pessoas no país. Em parceria com a Central Única de Favelas (CUFA), o Banco promoveu um festival de 12 horas, O Canal é Seu, transmitido em canais de televisão e rádio e arrecadou mais de R\$ 3 milhões para o projeto Mães da Favela. Considerando a doação do Banco, no total foram direcionados R\$ 7 milhões que serão distribuídos a 20 mil famílias por meio do SuperDigital. Por fim, a campanha do Programa Amigo de Valor, no qual funcionários e clientes doaram parte do imposto de renda devido aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, destinou R\$ 15,7 milhões para 59 projetos. Entre os principais reconhecimentos, destacamos a presença na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) 2021, da B3, pelo 11º ano consecutivo e o 1º Prêmio Notícias CNM 2020 na categoria Responsabilidade Social. O Banco recebeu ainda o score A- no Carbon Disclosure Project (CDP) e com isso figura entre os 2% de empresas com melhor performance climática do Brasil e, entre os 1,5% melhores da América Latina.

9. Efeitos da Pandemia - COVID-19 O Banco monitora os efeitos desta pandemia que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados. Desde o início da pandemia no Brasil, foram estruturados Comitês de acompanhamento dos efeitos da propagação e de seus impactos, além das ações governamentais para mitigar os efeitos da COVID-19.

O Banco mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades. Dentre as ações tomadas, destacamos a dispensa de funcionários do grupo de risco e intensificação do trabalho em home office, (b) a definição de protocolo de acompanhamento, junto aos profissionais da saúde, para os funcionários e familiares que tiveram os sintomas do COVID-19 e (c) ao aumento da comunicação sobre as medidas de prevenção e os meios remotos de atendimento.

O Governo Federal por meio do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil tem adotado medidas para mitigar os impactos causados pela COVID-19, especificamente sobre operações de crédito, captação de recursos, redução de compulsório e aspectos relacionados a capital, tais como (a) medidas de facilitação das renegociações das operações de crédito sem que haja aumento dos provimentos, (b) redução dos requerimentos de capital, de forma a ampliar a capacidade de concessão de crédito do Sistema Financeiro e (c) redução das alíquotas do recolhimento compulsório, para melhorar as condições de liquidez.

Até a data desta divulgação, o Banco identificou (a) aumento em operações de empréstimo e fianças para as empresas, (b) incremento nos pedidos de renegociação e prorrogação de prazos para as operações de crédito; (c) impactos sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa e (d) aumento em captações realizadas.

Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.

10. Auditoria Independente A política de atuação do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; (iii) o auditor não deve proporcionar interesse de seu cliente, e (iv) a necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, o Banco Santander informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas superiores a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria independente.

Ademais, o Banco confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à sua Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios adotados que preservam a independência do auditor. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados no Banco Santander e demais entidades do Grupo, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

O Conselho de Administração A Diretoria Executiva

(Autorizado na Reunião do Conselho de Administração de 02/02/2021)

Table with financial data including Passivo Circulante, Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros, Passivo não Circulante, etc. Columns include Notas Explicativas, Banco 31/12/2020 and 31/12/2019, and Consolidado 31/12/2020 and 31/12/2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE showing income statement items like Lucro Líquido Operacional, Resultados ABRANGENTES, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA showing cash flow items like Atividades Operacionais, Investimentos, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO showing value added items like Recolhimento de Impostos, Provisão para Imposto de Renda, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Table titled DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (continued) showing value added items like Provisão para Imposto de Renda, Provisão para Contribuição Social, etc. Columns include Banco and Consolidado for years 2020 and 2019.

Val

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - BANCO**  
 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Reservas de Lucros				Ajustes de Avaliação Patrimonial				Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Total
		Capital Social	Reservas de Capital	Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Próprios	Coligadas e Controladas	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial			
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2018</b>		<b>57.000.000</b>	<b>140.707</b>	<b>3.113.605</b>	<b>6.506.949</b>	<b>1.885.972</b>	<b>114.491</b>	<b>(3.071.043)</b>	-	<b>(461.432)</b>	<b>65.229.249</b>	
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	(679.299)	-	-	(679.299)	
Ações em Tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	(218.814)	(218.814)	(218.814)	
Resultado de Ações em Tesouraria		-	5.796	-	-	-	-	-	-	-	5.796	
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	50.866	-	-	-	-	-	-	-	50.866	
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	2.034.742	(23.111)	-	-	-	2.011.631	
Custo de emissão de Ações em Tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	-	(889)	(889)	
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	-	14.088.490	14.088.490	
Destinações:												
Reserva Legal	21.c	-	-	704.459	-	-	-	-	-	(704.459)	-	
Dividendos	21.b	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.790.000)	(6.790.000)	
Juros sobre o Capital Próprio	21.b	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.010.000)	(4.010.000)	
Reserva para Equalização de Dividendos	21.c	-	-	-	2.584.723	-	-	-	-	(2.584.723)	-	
Outros	21.c	-	-	-	-	-	-	-	-	692	692	
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2019</b>		<b>57.000.000</b>	<b>197.369</b>	<b>3.818.064</b>	<b>9.091.672</b>	<b>3.920.714</b>	<b>91.380</b>	<b>(3.750.341)</b>	-	<b>(681.135)</b>	<b>69.687.723</b>	
<b>Mutações no Exercício</b>		-	<b>56.662</b>	<b>704.459</b>	<b>2.584.723</b>	<b>2.034.742</b>	<b>(23.111)</b>	<b>(679.299)</b>	-	-	<b>4.458.474</b>	
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2019</b>		<b>57.000.000</b>	<b>197.369</b>	<b>3.818.064</b>	<b>9.091.672</b>	<b>3.920.714</b>	<b>91.380</b>	<b>(3.750.341)</b>	-	<b>(681.135)</b>	<b>69.687.723</b>	
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	572.062	-	-	572.062	
Ações em Tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	(110.223)	(110.223)		
Resultado com Ações em Tesouraria	21.a	-	(15.068)	-	-	-	-	-	-	-	(15.068)	
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	120.364	-	-	-	-	-	-	-	120.364	
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	(1.323.847)	32.805	-	-	-	(1.291.042)	
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	-	14.056.148	14.056.148	
Destinações:												
Reserva Legal	21.c	-	-	702.807	-	-	-	-	-	(702.807)	-	
Juros sobre o Capital Próprio	21.b	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.325.000)	(3.325.000)	
Dividendos Mínimos Obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	-	(512.087)	(512.087)	
Reserva para Equalização de Dividendos	21.c	-	-	-	9.516.254	-	-	-	-	(9.516.254)	-	
Outros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2020</b>		<b>57.000.000</b>	<b>302.665</b>	<b>4.520.871</b>	<b>18.607.926</b>	<b>2.596.867</b>	<b>124.185</b>	<b>(3.178.280)</b>	-	<b>(791.358)</b>	<b>79.182.877</b>	
<b>Mutações no Exercício</b>		-	<b>105.296</b>	<b>702.807</b>	<b>9.516.254</b>	<b>(1.323.847)</b>	<b>32.805</b>	<b>572.062</b>	-	<b>(110.223)</b>	<b>9.495.154</b>	
<b>Saldos em 30 de Junho de 2020</b>		<b>57.000.000</b>	<b>197.961</b>	<b>4.115.208</b>	<b>13.847.406</b>	<b>3.089.744</b>	<b>125.210</b>	<b>(3.070.838)</b>	-	<b>(792.508)</b>	<b>74.512.183</b>	
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	(107.441)	-	-	(107.441)	
Ações em Tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	1.150	1.150		
Resultado com Ações em Tesouraria	21.a	-	1.678	-	-	-	-	-	-	-	1.678	
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	103.026	-	-	-	-	-	-	-	103.026	
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	(492.877)	(1.025)	-	-	-	(493.902)	
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	-	8.113.270	8.113.270	
Destinações:												
Reserva Legal	21.c	-	-	405.663	-	-	-	-	-	(405.663)	-	
Juros sobre o Capital Próprio	21.b	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.435.000)	(2.435.000)	
Dividendos Mínimos Obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	-	(512.087)	(512.087)	
Reserva para Equalização de Dividendos	21.c	-	-	-	4.760.520	-	-	-	-	(4.760.520)	-	
Outros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2020</b>		<b>57.000.000</b>	<b>302.665</b>	<b>4.520.871</b>	<b>18.607.926</b>	<b>2.596.867</b>	<b>124.185</b>	<b>(3.178.280)</b>	-	<b>(791.358)</b>	<b>79.182.877</b>	
<b>Mutações no Semestre</b>		-	<b>104.704</b>	<b>405.663</b>	<b>4.760.520</b>	<b>(492.877)</b>	<b>(1.025)</b>	<b>(107.441)</b>	-	<b>1.150</b>	<b>4.670.694</b>	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO**  
 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Reservas de Lucros				Ajustes de Avaliação Patrimonial				Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Participação dos Acionistas Minoritários	Total do Patrimônio Líquido
		Capital Social	Reservas de Capital	Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Próprios	Coligadas e Controladas	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial				
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2018</b>		<b>57.000.000</b>	<b>142.414</b>	<b>3.113.606</b>	<b>6.509.735</b>	<b>1.885.972</b>	<b>114.491</b>	<b>(3.071.043)</b>	-	<b>(461.432)</b>	<b>65.233.743</b>	<b>2.007.334</b>	<b>67.241.077</b>
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	(679.299)	-	-	(679.299)	-	(679.299)
Ações em Tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	(218.814)	(218.814)	(218.814)	-	(218.814)
Resultado de Ações em Tesouraria		-	5.795	-	-	-	-	-	-	-	5.795	-	5.795
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	45.906	-	-	-	-	-	-	-	45.906	-	45.906
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	2.046.464	(23.111)	-	-	-	2.023.353	-	2.023.353
Custo de emissão de Ações em Tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	-	(889)	(889)	-	(889)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	-	14.180.987	14.180.987	-	14.180.987
Destinações:													
Reserva Legal	21.c	-	-	704.459	-	-	-	-	-	(704.459)	-	-	-
Dividendos	21.b	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.790.000)	(6.790.000)	-	(6.790.000)
Juros sobre o Capital Próprio	21.b	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.010.000)	(4.010.000)	-	(4.010.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	21.c	-	-	-	2.584.721	-	-	-	-	(2.584.721)	-	-	-
Lucro não Realizado	21.c	-	-	-	74.257	-	-	-	-	(92.497)	-	(18.240)	(18.240)
Resultado de Participações dos Acionistas Minoritários	21.e	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(311.973)	(311.973)
Outros		-	-	-	-	-	-	-	-	690	690	-	690
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2019</b>		<b>57.000.000</b>	<b>194.115</b>	<b>3.818.065</b>	<b>9.168.713</b>	<b>3.932.436</b>	<b>91.380</b>	<b>(3.750.342)</b>	-	<b>(681.135)</b>	<b>69.773.232</b>	<b>1.695.361</b>	<b>71.468.593</b>
<b>Mutações no Exercício</b>		-	<b>51.701</b>	<b>2.658.978</b>	<b>2.046.464</b>	<b>(928.249)</b>	<b>32.806</b>	<b>(110.223)</b>	-	<b>(219.703)</b>	<b>4.539.489</b>	<b>(311.973)</b>	<b>4.227.516</b>
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2019</b>		<b>57.000.000</b>	<b>194.115</b>	<b>3.818.065</b>	<b>9.168.713</b>	<b>3.932.436</b>	<b>91.380</b>	<b>(3.750.342)</b>	-	<b>(681.135)</b>	<b>69.773.232</b>	<b>1.695.361</b>	<b>71.468.593</b>
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	572.062	-	-	572.062	-	572.062
Ações em Tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	(110.223)	(110.223)	(110.223)	-	(110.223)
Resultado com Ações em Tesouraria		-	(15.068)	-	-	-	-	-	-	-	(125.291)	-	(125.291)
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	119.266	-	-	-	-	-	-	-	119.266	-	119.266
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	(928.249)	32.806	-	-	-	(895.443)	-	(895.443)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	-	13.469.380	13.469.380	-	13.469.380
Destinações:													
Reserva Legal	21.c	-	-	702.807	-	-	-	-	-	(702.807)	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	21.b	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.325.000)	(3.325.000)	-	(3.325.000)
Dividendos Mínimos Obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	-	(512.087)	(512.087)	-	(512.087)
Reserva para Equalização de Dividendos	21.c	-	-	-	9.516.254	-	-	-	-	(9.516.254)	-	-	-
Lucro não Realizado	21.c	-	-	-	(586.768)	-	-	-	-	586.768	-	-	-
Resultado de Participações dos Acionistas Minoritários	21.e	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(133.387)	(133.387)
Outros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(411.266)	(411.266)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2020</b>		<b>57.000.000</b>	<b>298.313</b>	<b>4.520.872</b>	<b>17.990.263</b>	<b>3.004.187</b>	<b>124.186</b>	<b>(3.178.280)</b>	-	<b>(791.358)</b>	<b>78.968.183</b>	<b>1.150.708</b>	<b>80.118.891</b>
<b>Mutações no Exercício</b>		-	<b>104.198</b>	<b>702.807</b>	<b>8.821.550</b>	<b>(928.249)</b>	<b>32.806</b>	<b>(110.223)</b>	-	<b>(219.703)</b>	<b>9.194.951</b>	<b>(544.653)</b>	<b>8.650.298</b>
<b>Saldos em 30 de Junho de 2020</b>		<b>57.000.000</b>	<b>196.337</b>	<b>4.115.209</b>	<b>13.782.819</b>	<b>3.096.353</b>	<b>125.210</b>	<b>(3.070.839)</b>	-	<b>(792.508)</b>	<b>74.452.581</b>	<b>1.103.345</b>	<b>75.555.926</b>
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	(107.441)	-	-	(107.441)	-	(107.441)
Ações em Tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	1.150	1.150	1,150	-	2.828
Resultado com Ações em Tesouraria		-	100.298	-	-	-	-	-	-	-	100.298	-	100.298
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	-	-	-	(92.166)	(1.024)	-	-	-	(93.190)	-	(93.190)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo de emissão de Ações em Tesouraria		-	-	-	-	-	-	-	-	7.669.818	7.669.818	-	7.669.818
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações:													
Reserva Legal	21.c	-	-	405.663	-	-	-	-	-	(405.66			

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado*

**J-1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários**

Considerando-se o contido na Resolução CMN nº 4.294 e Circular Bacen nº 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediadores da origemação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade. As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

**k) Investimentos**

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de aquisição, e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os resultados apurados são reconhecidos em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável. Mudança no Escopo de Consolidação - Consiste na alienação, aquisição ou mudança de controle de determinado investimento.

**l) Imobilizado de Uso**

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais. A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

**m) Intangível**

No âmbito da aquisição de sociedades controladas e coligadas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de seu valor. Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de locais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

**n) Provisões Técnicas Relacionadas às Atividades de Previdência e de Capitalização**

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

**Provisões Técnicas de Previdência**

As provisões técnicas são constituídas, principalmente, de acordo com os critérios abaixo:

**Provisão Matemática de Benefícios a Conceder e Concedidos (PMBaC e PMBaC)**

A PMBaC é constituída a partir das contribuições arrecadadas através do regime financeiro de capitalização. A PMBaC representa as obrigações assumidas sob a forma de planos de renda continuada, sendo constituída através de cálculos atuariais para os planos dos tipos tradicionais.

**Provisão Complementar de Cobertura (PCC)**

A PCC deverá ser constituída quando for observada insuficiência nas provisões técnicas decorrente da realização do Teste de Adequação de Passivos (TAP).

**Provisões Técnicas de Capitalização**

As provisões técnicas são constituídas de acordo com os critérios abaixo:

- Provisão matemática para resgate resulta da acumulação dos percentuais aplicáveis sobre os pagamentos efetuados, capitalizados com a taxa de juros prevista no plano e atualização através da Taxa Referencial Básica (TR);
- Provisão para resgate dos títulos antecipados é constituída a partir do cancelamento por falta de pagamento ou solicitação de resgate do título, com base no valor da provisão matemática de resgate constituída no momento de cancelamento do título e a provisão para resgate dos títulos vencidos é constituída após o término de vigência do título;
- Provisão de sorteios a realizar é constituída com base em percentual da parcela paga e tem como objetivo cobrir os sorteios a que os títulos irão concorrer, mas que ainda não foram realizados. A provisão de sorteios a pagar é constituída para os títulos sorteados, mas que ainda não foram pagos; e
- Provisão de despesas administrativas tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituída.

**o) Plano de Benefícios a Funcionários**

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

**Plano de Contribuição Definida**

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão durante o período de duração do contrato de trabalho do funcionário beneficiário, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas de pessoal na demonstração dos resultados.

**Planos de Benefício Definido**

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 31. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o estimado. Desde janeiro de 2013, o Banco Santander aplica o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 33 (R1) que estabelece o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de perda destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

**Principais Definições**

O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

Custo do serviço corrente é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

O custo do serviço passado é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria (Nota 29) e despesas de pessoal (Nota 24).

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovado pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

**p) Remuneração Baseada em Ações**

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência; (2) condições de performance, a quantidade de ações a serem entregues a cada participante será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco; comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do conglomerado Santander com o RTA dos principais concorrentes globais do Grupo e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais conhecidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

**Liquidação em Ações**

O Banco mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital a longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

**Liquidação em Dinheiro**

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido ao valor justo. Este procedimento consiste na captura da valorização das ações entre a data de concessão e liquidação. O Banco reavalia o valor justo do passivo ao final de cada período de reporte, quaisquer mudanças neste montante são reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida às provisões em "salários a pagar" em todo o período de vigência, refletindo como os serviços são recebidos, o Banco registra o passivo total que represente a melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas ao final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência, baseado na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa sua estimativa sobre o número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

**Remuneração Variável Referenciada em Ações**

Além dos administradores, todos os funcionários em posição de tomadores de risco, recebem no mínimo 40% de sua remuneração variável diferida em pelo menos três anos e 50% do total da remuneração variável em ações (SANB11), condicionada à permanência do participante no Grupo durante toda a vigência do plano.

O plano está sujeito à aplicação de cláusulas Malus e Clawback, segundo as quais as parcelas diferidas da remuneração variável podem ser reduzidas, canceladas ou devolvidas nos casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos.

O valor justo das ações é calculado pela média da cotação final diária das ações nos 15 (quinze) últimos pregões imediatamente anteriores ao primeiro dia útil do mês de outorga.

**q) Captações, Emissões e Outros Passivos**

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 17).

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção a queles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio líquido (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

De acordo com o previsto no COSIF, os instrumentos híbridos de capital e dívida representam obrigações das instituições financeiras emissoras e devem ser registrados em contas específicas do passivo e atualizado de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes a esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência. O detalhamento pertinente à emissão dos instrumentos de natureza composta encontra-se descrito na Nota 17.

**r) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias**

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser totais ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para os processos cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 20.h) e para os processos cujo risco de perda é remoto não é efetuada qualquer divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

**6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos**

**a) Títulos e Valores Mobiliários**

**I) Resumo da Carteira por Categorias**

	Banco				Consolidado							
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019				
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil

<b>Títulos para Negociação</b>	<b>64.541.983</b>	<b>838.876</b>	-	<b>65.380.859</b>	<b>32.557.896</b>	<b>73.951.570</b>	<b>1.054.706</b>	-	<b>75.006.276</b>	-	<b>35.977.471</b>	<b>72.038.623</b>
Títulos Públicos	63.792.139	829.459	-	64.621.598	32.557.896	70.992.973	1.045.289	-	72.038.263	-	35.977.471	33.158.573
Títulos Privados	749.844	9.417	-	759.261	1.800.262	2.958.596	9.417	-	2.968.013	-	2.818.998	2.818.998
<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>	<b>128.771.835</b>	<b>2.698.095</b>	<b>2.649.376</b>	<b>134.119.306</b>	<b>118.508.274</b>	<b>136.416.007</b>	<b>2.698.095</b>	<b>2.810.055</b>	<b>141.924.157</b>	<b>118.296.445</b>	<b>128.296.445</b>	<b>118.296.445</b>
Títulos Públicos	100.741.868	2.617.077	2.104.277	105.463.222	89.526.633	108.678.024	2.617.077	2.253.949	113.549.050	98.943.695	113.549.050	98.943.695
Títulos Privados	28.029.967	81.018	545.099	28.656.084	28.981.641	27.737.983	81.018	556.106	29.375.108	29.352.750	29.352.750	29.352.750
<b>Títulos Mantidos até o Vencimento</b>	<b>16.317.905</b>	-	-	<b>16.317.905</b>	<b>11.739.597</b>	<b>16.317.905</b>	-	-	<b>16.317.905</b>	-	<b>11.739.597</b>	<b>11.739.597</b>
Títulos Públicos	14.739.539	-	-	14.739.539	11.275.488	14.739.539	-	-	14.739.539	-	11.275.488	14.739.539
Títulos Privados	1.578.365	-	-	1.578.365	464.109	1.578.365	-	-	1.578.365	-	464.109	464.109
<b>Total de Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>209.631.722</b>	<b>3.536.972</b>	<b>2.649.376</b>	<b>215.818.070</b>	<b>162.805.767</b>	<b>226.685.482</b>	<b>3.752.801</b>	<b>2.810.055</b>	<b>233.248.338</b>	<b>176.013.513</b>	<b>209.631.722</b>	<b>176.013.513</b>

	Banco				Consolidado							
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019				
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil

<b>Títulos para Negociação</b>	<b>70.992.973</b>	<b>1.045.289</b>	-	<b>72.038.263</b>	<b>33.158.573</b>	<b>5.651.083</b>	<b>12.674.424</b>	<b>21.326.029</b>	<b>32.386.727</b>	<b>1.187.568</b>	<b>32.386.727</b>	<b>72.038.623</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	7.318.355	(2.242)	840	7.316.112	5.330.356	1.445.764	444.272	4.238.509	1.187.568	-	4.238.509	7.316.112
Letras do Tesouro Nacional - LTN	23.252.588	-	198.270	23.450.858	6.838.515	11.337	8.739.061	3.711.900	10.988.560	-	23.450.858	23.450.858
Notas do Tesouro Nacional - NTN	39.634.657	-	849.130	40.483.786	22.718.780	4.177.981	2.801.231	13.361.736	20.142.838	-	20.142.838	40.483.786
Títulos da Dívida Agrária - TDA	41.412	3.408	44.820	44.820	70.922	11.967	9.513	13.632	9.708	44,820	44.820	44.820
Títulos da Dívida Externa Brasileira	680.057	(1.524)	678.533	678.533	-	-	677.855	253	426	678.533	678.533	
Debêntures	65.905	(1.752)	64.153	64.153	-	-	2.491	-	57.629	64.153	64.153	
<b>Títulos Privados</b>	<b>749.844</b>	<b>9.417</b>	<b>759.261</b>	<b>1.802.262</b>	<b>369.041</b>	<b>9.396</b>	<b>17.182</b>	<b>88.596</b>	<b>275.046</b>	<b>579.261</b>	<b>759.261</b>	
Cotas de Fundos de Investimento	356.192	12.849	369.041	834.063	369.041	9.396	-	-	-	369.041	369.041	
Debêntures	275.780	(2.109)	273.671	439.819	439.819	-	9.396	17.182	12,267	234,826	273,671	273,671
Eurobonds	-	-	-	492.774	-	-	-	-	-	-	-	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	23.380	(372)	23.008	22.869	-	-	-	1.222	21.786	-	23.008	23.008
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	24.241	(376)	23.866	12.737	-	-	-	5.432	18.434	-	23.866	23.866
Letras Financeiras - LF	70.251	(576)	69.675	69.675	-	-	-	69.675	-	69,675	69,675	69,675
<b>Total</b>	<b>64.541.983</b>	<b>838.876</b>	<b>65.380.859</b>	<b>32.557.896</b>	<b>369.041</b>	<b>4.286.439</b>	<b>12.210.538</b>	<b>17.669.431</b>	<b>30.845.409</b>	<b>65.380.859</b>	<b>65.380.859</b>	<b>65.380.859</b>

	Banco				Consolidado							
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019				
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil

<b>Títulos para Negociação</b>	<b>70.992.973</b>	<b>1.045.289</b>	-	<b>72.038.263</b>	<b>33.158.573</b>	<b>5.651.083</b>	<b>12.674.424</b>	<b>21.326.029</b>	<b>32.386.727</b>	<b>1.187.568</b>	<b>32.386.727</b>	<b>72.038.623</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	7.318.355	(2.242)	840	7.316.112	5.330.356	1.445.764	444.272	4.238.509	1.187.568	-	4.238.509	7.316.112
Letras do Tesouro Nacional - LTN	23.252.588	-	198.270	23.450.858	6.838.515	11.337	8.739.061	3.711.900	10.988.560	-	23.450.858	23.450.858
Notas do Tesouro Nacional - NTN	39.634.657	-	849.130	40.483.786	22.718.780	4.177.981	2.801.231	13.361.736	20.142.838	-	20.142.838	40.483.786
Títulos da Dívida Agrária - TDA	41.412	3.408	44.820	44.820	70.922	11,967	9.513	13,632	9,708	44,820	44,820	44,820
Títulos da Dívida Externa Brasileira	680.057	(1.524)	678.533	678.533	-	-	677.855	253	426	678.533	678.533	
Debêntures	65.905	(1.752)	64.153	64.153	-	-	2.491	-	57.629	64,153	64,153	64,153
<b>Títulos Privados</b>	<b>2.958.596</b>	<b>9.417</b>	<b>2.968.013</b>	<b>2.818.898</b>	<b>1.741.333</b>	<b>9.396</b>	<b>49.800</b>	<b>88.596</b>	<b>1.078.889</b>	<b>2.968.013</b>	<b>2.968.013</b>	
Ações	1.339.892	-	1.339.892	665.075	1.339.892	-	-	-	-	-	-	1.339.892
Cotas de Fundos de Investimento	388.592	-	388.592	401.442	401.442	-	-	-	-	-	-	401,442
Debêntures	-	-	-	36.067	-	-	-	-	-	-	-	-
Eurobonds	1.079.622	(2.109)	1.077.513	439.819	439.819	-	9.396	17,182	12,267	1.038,669	1,077,513	1,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

III) Títulos Disponíveis para Venda

	31/12/2020		31/12/2019		Abertura por Vencimento					Banco	
	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>											
<b>Títulos Públicos</b>	<b>100.741.868</b>	<b>2.617.077</b>	<b>2.104.277</b>	<b>105.463.222</b>	<b>92.837.828</b>	-	<b>7.549.490</b>	<b>11.428.773</b>	<b>23.558.184</b>	<b>62.926.776</b>	<b>105.463.222</b>
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	1.338	-	103	1.441	1.165	-	-	834	607	-	1.441
Crédito Securitizado	456	-	4	460	-	-	170	290	-	-	460
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	20.741.412	-	(108.198)	20.633.213	11.151.613	-	3.231.715	-	6.998.413	10.403.086	20.633.213
Letras do Tesouro Nacional - LTN	33.786.410	421.443	143.086	34.350.939	30.984.931	-	-	11.415.864	7.615.029	15.320.046	34.350.939
Notas do Tesouro Nacional - NTN (2)	41.756.230	2.195.634	1.933.900	45.885.764	47.388.924	-	4.057.784	11.785	8.944.134	32.872.061	45.885.764
Títulos da Dívida Externa Brasileira (Global Bonds)	3.170.537	-	135.391	3.305.928	3.311.195	-	-	-	-	3.305.928	3.305.928
C-bonds	1.285.486	-	(9)	1.285.477	-	-	-	-	-	1.285.477	1.285.477
<b>Títulos Privados</b>	<b>28.029.967</b>	<b>81.018</b>	<b>545.099</b>	<b>28.656.084</b>	<b>25.670.446</b>	<b>2.172.156</b>	<b>1.732.801</b>	<b>5.904.074</b>	<b>9.467.990</b>	<b>9.379.457</b>	<b>28.656.084</b>
Ações	325	-	(273)	53	60	53	-	-	-	-	53
Cotas de Fundos de Investimento	2.095.223	-	-	2.095.223	3.963.540	2.095.223	-	-	-	-	2.095.223
Debêntures (1)	14.377.511	81.018	509.625	14.968.154	11.915.052	-	413.869	953.051	5.580.327	8.020.907	14.968.154
Notas Promissórias - NP	4.504.601	-	20.563	4.525.164	4.696.855	-	760.805	1.969.212	1.667.388	127.759	4.525.164
Letras Financeiras - LF	263.891	-	6.408	270.298	192.804	-	-	-	270.298	-	270.298
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	24.031	-	(406)	23.625	36.680	-	20.082	-	-	3.542	23.625
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	171.165	-	751	171.916	36.680	-	-	-	41.353	130.563	171.916
Cédula de Produto Rural - CPR	6.593.220	-	8.431	6.601.651	4.828.775	76.800	537.652	2.981.810	1.908.624	1.096.685	6.601.651
<b>Total</b>	<b>128.771.835</b>	<b>2.698.095</b>	<b>2.649.376</b>	<b>134.119.306</b>	<b>118.508.274</b>	<b>2.172.156</b>	<b>9.281.898</b>	<b>17.332.847</b>	<b>33.026.173</b>	<b>72.306.232</b>	<b>134.119.306</b>

	31/12/2020		31/12/2019		Abertura por Vencimento					Banco	
	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
<b>Títulos Disponíveis para Venda</b>											
<b>Títulos Públicos</b>	<b>108.678.024</b>	<b>2.617.077</b>	<b>2.253.949</b>	<b>113.549.050</b>	<b>102.254.890</b>	-	<b>7.983.129</b>	<b>12.336.767</b>	<b>26.140.751</b>	<b>67.088.402</b>	<b>113.549.050</b>
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	1.338	-	103	1.441	1.165	-	-	834	607	-	1.441
Crédito Securitizado	456	-	4	460	-	-	170	290	-	-	460
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	22.795.039	-	(110.634)	22.684.405	16.547.365	-	3.536.168	214.205	8.278.228	10.655.803	22.684.405
Letras do Tesouro Nacional - LTN	35.809.385	421.443	192.499	36.423.327	32.500.648	-	-	12.109.653	8.642.694	15.670.980	36.423.327
Notas do Tesouro Nacional - NTN (2)	45.635.801	2.195.634	2.036.595	49.868.030	49.894.517	-	4.186.970	11.785	9.219.221	36.450.053	49.868.030
Títulos da Dívida Externa Brasileira (Global Bonds)	3.150.519	-	135.391	3.285.910	3.311.195	-	-	-	-	3.285.910	3.285.910
C-bonds	1.285.486	-	(9)	1.285.477	-	-	-	-	-	1.025.655	1.285.477
<b>Títulos Privados</b>	<b>27.377.983</b>	<b>81.018</b>	<b>556.106</b>	<b>28.375.108</b>	<b>26.041.555</b>	<b>1.905.661</b>	<b>1.732.408</b>	<b>5.904.074</b>	<b>9.155.521</b>	<b>9.677.443</b>	<b>28.375.108</b>
Ações	5.673	-	(273)	5.400	82.387	5.400	-	-	-	-	5.400
Cotas de Fundos de Investimento	1.784.375	-	-	1.784.375	3.082.832	1.784.375	-	-	-	-	1.784.375
Cotas de Fundos Imobiliários	34.026	-	4.980	39.006	57.531	-	-	-	-	-	39.006
Debêntures (1)	14.357.002	81.018	515.653	14.953.673	13.063.691	-	413.869	953.051	5.267.858	8.318.894	14.953.673
Notas Promissórias - NP	4.504.601	-	20.563	4.525.164	4.696.855	-	760.805	1.969.212	1.667.388	127.759	4.525.164
Letras Financeiras - LF	263.891	-	6.408	270.298	192.804	-	-	-	270.298	-	270.298
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	24.031	-	(406)	23.625	36.680	-	20.082	-	-	3.542	23.625
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	171.165	-	751	171.916	-	-	-	-	41.353	130.563	171.916
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cédula de Produto Rural - CPR	6.593.220	-	8.431	6.601.651	4.828.775	76.800	537.652	2.981.810	1.908.624	1.096.685	6.601.651
<b>Total</b>	<b>136.416.007</b>	<b>2.698.095</b>	<b>2.810.055</b>	<b>141.924.157</b>	<b>128.296.445</b>	<b>1.905.661</b>	<b>9.715.538</b>	<b>18.240.841</b>	<b>35.296.272</b>	<b>76.765.846</b>	<b>141.924.157</b>

(1) No Banco e no Consolidado, inclui títulos de emissão de sociedade de economia mista e R\$ 287.736 (31/12/2019 - R\$ 262.027) em títulos disponíveis para venda.  
(2) Em 31 de dezembro de 2020, a quantidade de 1.400.000 no valor de R\$ 1.686.832 (31/12/2019 - 1.400.000 no valor de R\$1.229.297) de Notas de Tesouro Nacional - NTN, estão vinculadas à obrigação assumida pelo Banco Santander para cobertura das reservas a amortizar do Plano V do Fundo de Seguridade Social (Banesprev).

IV) Títulos Mantidos até o Vencimento

	31/12/2020		31/12/2019		Banco/Consolidado	
	Valor do Custo Amortizado	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
<b>Títulos Mantidos até o Vencimento</b>						
<b>Títulos Públicos</b>	<b>14.739.539</b>	<b>11.275.488</b>	<b>538.436</b>	<b>1.308.149</b>	<b>2.037.551</b>	<b>10.855.403</b>
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.549.498	3.414.897	-	11.868	-	4.549.498
Títulos da Dívida Externa Brasileira	10.190.042	7.860.591	538.436	1.296.281	2.037.551	6.317.774
<b>Títulos Privados</b>	<b>1.578.365</b>	<b>464.109</b>	<b>296.759</b>	<b>223.406</b>	<b>1.058.201</b>	<b>1.578.365</b>
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	1.578.365	464.109	296.759	223.406	1.058.201	1.578.365
<b>Total</b>	<b>16.317.905</b>	<b>11.739.597</b>	<b>835.195</b>	<b>1.531.555</b>	<b>3.095.751</b>	<b>10.855.403</b>

(1) O valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento é de R\$ 16.322.840 (31/12/2019 - R\$12.514.855).  
(2) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve alienações de títulos públicos federais e outros títulos classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento.

Atendendo ao disposto no artigo 5 da Circular Bacen 3.068/2001, o Banco Santander possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.  
O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme às correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião da apuração dos balanços.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, houve a reclassificação de títulos disponíveis para venda para títulos em negociação para as Cotas de Fundo de Investimento da empresa Banco Hyundai S.A. na sociedade do grupo Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado, em função da revisão da intenção da Administração relativa a esta aplicação. Referida reclassificação não gera alteração na precificação do ativo.

V) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	31/12/2020		31/12/2019		Banco		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Rendas de Títulos de Renda Fixa (1)	53.672.358	21.105.889	53.732.942	22.959.709	-	-	-	-
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.252.282	8.479.523	2.702.108	3.341.381	-	-	-	-
Resultado de Títulos de Renda Variável	(50.522)	91.876	133.661	(462.560)	-	-	-	-
Resultado Financeiro de Previdência e de Capitalização	-	-	-	192.122	148.791	-	-	-
Provisão para Perdas por não Recuperação (2)	(165.360)	(557.328)	(165.360)	(465.189)	-	-	-	-
Outras (3)	(2.448.782)	(370.874)	(2.360.519)	(609.970)	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>57.259.976</b>	<b>28.749.086</b>	<b>54.234.954</b>	<b>24.912.162</b>	-	-	-	-

(1) Inclui receita de variação cambial no valor de R\$29.463.679 no Banco e no Consolidado (2019 - receita de R\$473.791 no Banco e no Consolidado).  
(2) Corresponde ao registro de perda de caráter permanente, referente aos títulos classificados como disponível para venda.  
(3) Inclui despesa de variação cambial no valor de R\$2.707.556 (2019 - despesa de R\$ 473.619 no Banco e consolidado) e valorização líquida de cotas de fundos de investimentos e participações no valor de R\$347.036 no Banco e no Consolidado (2019 - despesa de R\$144.262 no Banco e no Consolidado).

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos gaps de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.  
O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para swaps. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como Black & Scholes, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsa, o preço justo é obtido por meio de modelos de apuração que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

(1) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

As operações de swap são apresentadas pelos saldos dos diferenciais a receber e a pagar.  
Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrado pelo seu valor de mercado:

	31/12/2020		31/12/2019		Banco		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Swap - Diferencial a Receber	14.746.581	17.925.675	8.620.854	10.167.632	14.729.641	18.652.196	14.625.238	16.701.678
Prêmios de Opções a Exercer	4.448.585	4.511.175	886.927	1.593.625	4.979.011	4.926.994	1.065.572	1.699.729
Contratos a Termo e Outros	13.085.550	12.690.276	1.678.454	2.221.955	13.131.423	12.690.275	1.750.150	2.221.955
<b>Total</b>	<b>32.280.716</b>	<b>35.127.126</b>	<b>11.186.235</b>	<b>13.983.212</b>	<b>32.840.075</b>	<b>36.269.465</b>	<b>17.441.140</b>	<b>20.623.362</b>

II) Instrumentos Financeiros Derivativos por tipo de Contrato e Indexador

	31/12/2020		31/12/2019		Banco		Consolidado	
	Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo	Referencial (1)	Valor da Curva	Valor Justo	Referencial (1)	Valor Justo
<b>Swap</b>	<b>476.214.481</b>	<b>(2.838.239)</b>	<b>(3.179.094)</b>	<b>530.538.398</b>	<b>(1.941.477)</b>	<b>(1.546.779)</b>	-	-
<b>Ativo</b>	<b>512.619.156</b>	<b>6.511.030</b>	<b>14.746.581</b>	<b>265.269.199</b>	<b>2.910.364</b>	<b>8.620.854</b>	-	-
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	37.270.726	326.585	334.690	41.137.936	209.224	199.018	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	59.799.047	4.013.562	9.607.342	39.637.946	1.900.884	6.792.917	-	-
Indexados em Índices de Preços e Juros	5.124.411	959.322	1.093.119	2.954.640	218.540	301.476	-	-
Moeda Estrangeira	198.880.422	950.048	3.408.073	181.538.677	581.716	1.327.443	-	-
Outros	1.544.550	261.513	303.357	-	-	-	-	-
<b>Passivo</b>	<b>158.595.325</b>	<b>(9.349.269)</b>	<b>(17.925.675)</b>	<b>265.269.199</b>	<b>(4.851.841)</b>	<b>(10.167.632)</b>	-	-
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	46.403.968	(6.911.747)	(14.018.319)	33.151.770	(3.025.371)	(94.260)	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Estratégias	31/12/2020										Banco	
	Ajuste a Valor Justo		Valor Contábil		Notional		Ajuste a Valor Justo		Valor Contábil		Notional	
	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)
<b>Hedge de Risco de Mercado</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Contratos de Swap</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hedge de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Contratos de Futuros</b>	-	-	45.331.727	46.649.331	46.178.734	30.985.609	3.000.490	-	48.427.614	36.569.735	45.854.445	-
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	45.331.727	46.649.331	46.178.734	30.985.609	3.000.490	-	48.427.614	36.569.735	45.854.445	-
<b>Hedge de Fluxo de Caixa</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Contratos de Swap</b>	-	-	1.302.666	1.428.053	1.302.666	1.428.053	602.634	504.512	1.888.817	2.056.007	1.735.340	-
Hedge de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	1.302.666	1.428.053	1.302.666	1.428.053	545.747	504.512	1.888.817	2.056.007	1.735.340	-
<b>Contratos de Futuros</b>	-	-	23.447.934	19.500.234	23.447.934	19.333.230	-	-	17.726.566	18.680.868	3.219.566	789.631
Hedge de Operações de Crédito (2)	-	-	23.447.934	19.500.234	23.447.934	19.333.230	-	-	17.726.566	18.680.868	3.219.566	789.631
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Estratégias	31/12/2019										Banco	
	Ajuste a Valor Justo		Valor Contábil		Notional		Ajuste a Valor Justo		Valor Contábil		Notional	
	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)	Objeto (1)	Instrumento (1)
<b>Hedge de Risco de Mercado</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Contratos de Swap</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hedge de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Contratos de Futuros</b>	-	-	45.331.727	46.649.331	46.178.734	30.985.609	3.000.490	-	48.427.614	36.569.735	45.427.125	789.631
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	45.331.727	46.649.331	46.178.734	30.985.609	3.000.490	-	48.427.614	36.569.735	45.427.125	789.631
<b>Hedge de Fluxo de Caixa</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Contratos de Swap</b>	-	-	6.786.840	6.622.857	5.316.632	4.502.378	-	5.163.218	7.123.121	7.460.859	5.499.281	5.624.154
Hedge de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	6.786.840	6.622.857	5.316.632	4.502.378	-	5.163.218	7.123.121	7.460.859	5.499.281	5.624.154
<b>Contratos de Futuros</b>	-	-	23.447.934	19.500.234	23.447.934	19.333.230	-	-	17.726.566	18.680.868	54.194.819	4.501.878
Hedge de Operações de Crédito (2)	-	-	23.447.934	19.500.234	23.447.934	19.333.230	-	-	17.726.566	18.680.868	54.194.819	4.501.878
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(1) O Banco possui estratégias de hedge de fluxo de caixa, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual é demonstrado a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstra-se o saldo do notional, registrado em conta de compensação.  
(2) Valores credores se referem à operações ativas e operações devedoras à operações passivas.

Valor atualizado dos instrumentos em 31 de dezembro de 2020 é de R\$6.972.063 (31/12/2019- R\$8.425.386).

No Banco e no Consolidado, o efeito da marcação a mercado dos contratos de swap e futuros ativos corresponde a um crédito no valor de R\$11.169 (31/12/2019- R\$11.063) e está contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, dos quais R\$5.026 serão realizados contra receita nos próximos doze meses.

**V) Informações sobre Derivativos de Crédito**  
O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de credit default swaps e total return swaps, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

**Total Return Swaps - TRS**  
São derivativos de crédito onde ocorre a troca do retorno da obrigação de referência por um fluxo de caixa e - nos quais, na ocorrência de um evento de crédito, usualmente o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor atualizado e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato.

**Credit Default Swaps - CDS**  
São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE).

Swap de Créditos	Banco/Consolidado			
	31/12/2020		31/12/2019	
	Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Risco Transferido - Swap de Crédito	Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Risco Transferido - Swap de Crédito
Total	3.483.628	519.670	2.435.880	-

Valor referente ao prêmio pago sobre CDS pela utilização como garantia (transferência de riscos) no valor de R\$1.506 (31/12/2019 - R\$0).

O efeito no PLE do risco recebido foi de R\$6.985 (31/12/2019 - R\$5.257).

Durante o exercício não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previsto nos contratos.

Futuros - Brutos	Banco/Consolidado			
	31/12/2020		31/12/2019	
	Acima de 12 Meses	Total	Acima de 12 Meses	Total
Total	4.003.298	4.003.298	2.435.880	2.435.880

Por Instrumento: CDS  
Por Classificação de Risco: Abaixo do Grau de Investimento  
Por Entidade de Referência: Governo Brasileiro

**VI) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia**  
A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos Federais.

Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Banco/Consolidado			
	31/12/2020		31/12/2019	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Total	3.702.213	5.342.992	4.363.665	5.950.561

Letras do Tesouro Nacional - LTN  
Notas do Tesouro Nacional - NTN

7. Relações Interfinanceiras	Banco/Consolidado			
	31/12/2020		31/12/2019	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Total	12.671.761	7.090.466	13.333.213	7.878.907

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados representados, principalmente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação e transações de pagamento (posição ativa e passiva).

**8. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito**  
**a) Carteira de Créditos**

Operações de Crédito	Banco				Consolidado			
	31/12/2020		31/12/2019		31/12/2020		31/12/2019	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Total	279.580.267	211.251.830	338.110.717	280.899.334				

Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redução de outras obrigações.

(2) Devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber (Nota 12).

**d) Carteira de Créditos e da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco**

Nível de Risco	31/12/2020										Banco			
	Carteira de Créditos			Provisão			Carteira de Créditos			Provisão			31/12/2019	
	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (2)	Requerida	Adicional (2)	Total	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (2)	Requerida	Adicional (2)	Total	31/12/2019
AA	0,0%	162.569.532	-	162.569.532	-	-	121.753.569	-	-	121.753.569	-	-	-	-
A	0,5%	98.084.064	-	98.084.064	490.420	331.959	822.379	77.795.391	-	77.795.391	388.977	-	388.977	259.393
B	1,0%	31.497.816	1.989.791	33.487.607	334.876	572.154	907.300	23.816.916	2.120.722	25.937.638	259.376	17	259.393	655.355
C	3,0%	23.128.620	1.789.539	24.918.159	747.545	1.561.868	2.309.413	19.823.183	1.966.467	21.789.651	653.690	1.665	655.355	1.665
D	10,0%	8.215.630	1.943.697	10.159.327	1.015.933	1.763.634	2.779.567	7.926.118	2.088.778	10.014.896	1.001.490	1.547.693	2.549.173	
E	30,0%	2.254.334	1.547.171	3.801.505	1.140.451	600.261	1.740.712	2.266.765	4.589.973	1.376.992	659.874	447.224	2.036.966	
F	50,0%	1.831.369	1.335.331	3.166.700	1.583.350	503.804	2.087.154	1.769.671	1.475.413	3.245.084	1.622.542	447.224	2.069.766	
G	70,0%	1.771.853	1.069.343	2.841.196	1.988.837	764.272	2.753.109	1.450.313	1.225.377	2.675.689	1.872.983	418.317	2.291.300	
H	100,0%	3.390.140	5.045.940	8.436.080	8.436.080	-	8.436.080	2.734.332	5.676.805	8.411.137	8.411.137	-	8.411.137	
Total		332.743.358	14.720.812	347.464.170	15.737.492	6.097.952	21.835.444	259.336.258	16.876.770	276.213.028	15.587.187	3.074.780	18.661.967	

Nível de Risco	31/12/2019										Banco			
	Carteira de Créditos			Provisão			Carteira de Créditos			Provisão			31/12/2019	
	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (2)	Requerida	Adicional (2)	Total	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Total (2)	Requerida	Adicional (2)	Total	31/12/2019
AA	0,0%	174.672.176	-	174.672.176	-	-	141.210.954	-	(23.199)	141.187.755	-	-	-	-
A	0,5%	136.895.625	-	136.895.625	684.478	331.960	1.016.438	120.434.015	-	120.434.015	602.170	20.772	622.942	622.942
B	1,0%	37.161.806	2.947.768	40.109.574	401.096	572.154	973.250	29.945.941	3.746.947	32.842.438	328.424	18	328.442	328.442
C	3,0%	24.491.130	2.742.311	27.233.441	817.002	1.575.498	2.392.500	21.140.994	3.371.115	24.511.508	735.345	1.664	737.009	737.009
D	10,0%	8.768.027	2.459.727	11.227.754	1.122.775	1.927.260	3.050.035	8.368.581	2.820.515	11.189.096	1.118.910	1.547.693	2.666.934	
E	30,0%	2.374.369	2.124.173	4.498.542	1.349.562	704.758	2.054.320	2.332.530	5.167.530	1.550.259	659.875	2.210.134	2.210.134	
F	50,0%	1.929.261	1.868.256	3.797.517	1.898.759	578.271	2.477.030	1.859.486	1.812.213	3.671.699	1.835.850	447.224	2.283.073	
G	70,0%	1.848.376	1.366.129	3.214.505	2.250.153	848.059	3.098.212	1.482.247	1.458.609	2.940.859	2.058.599	418.318	2.476.917	
H	100,0%	3.661.255	6.344.449	10.005.704	10.005.704	-	10.005.704	2.943.753	7.139.229	10.082.982	10.082.982	-	10.082.982	
Total		391.802.025	19.852.813	411.654.838	18.529.529	6.537.960	25.067.489	328.867.901	23.159.979	352.027.880	18.312.539	3.095.554	21.408.992	

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas.

(2) A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente.

(3) O total da carteira de créditos inclui o valor de R\$3.944 (31/12/2019- R\$5.301) no Banco e R\$3.944 (31/12/2019- R\$8.118) no Consolidado, referente ao ajuste a valor de mercado das operações de crédito que são objeto de proteção, registrados de acordo com o artigo 5 da Carta Circular 3.624 do Bacen de 26 de dezembro de 2013 e que não estão contemplados na nota dos níveis de riscos.

Em 31 de dezembro de 2020, o aumento na Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Créditos - Adicional está relacionado com a alteração do cenário macroeconômico, que impactou nosso modelo de cálculo do provisionamento.

e) Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	Banco				Consolidado			
	31/12/2020		31/12/2019		31/12/2020		31/12/2019	
	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Total	18.661.967	16.734.154	21.408.092	18.789.123				

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

		<b>Consolidado</b>				
		<b>Saldo em</b>	<b>Incor-</b>	<b>Consti-</b>	<b>Real-</b>	<b>Saldo em</b>
		<b>31/12/2019</b>	<b>poração</b>	<b>tuição</b>	<b>ização</b>	<b>31/12/2020</b>
		15.961.619	129.225	7.062.695	(3.672.508)	19.481.031
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		1.617.815	25.875	708.416	(458.729)	1.893.377
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis		2.367.353	38	313.878	(198.497)	2.482.772
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais		2.388.470	1.650	1.352.194	(1.189.237)	2.553.077
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas		-	-	57.380	-	57.380
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas		-	-	1.411.852	(1.292.054)	2.215.268
Agio		-	-	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos <sup>(1)</sup>		2.095.470	-	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa <sup>(2)</sup>		153.977	-	122.911	(1)	276.887
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa <sup>(3)</sup>		1.897.061	-	407.833	(948.911)	1.355.983
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria <sup>(4)</sup>		496.819	4.815	825.882	(834.600)	492.916
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal		4.155.209	-	184.993	(1.106.989)	3.233.213
Outras Provisões Temporárias <sup>(5)</sup>		-	-	-	-	-
<b>Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias</b>		<b>31.133.793</b>	<b>161.603</b>	<b>12.448.034</b>	<b>(9.701.526)</b>	<b>34.041.904</b>
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social		408.338	-	5.407.013	(111.579)	5.703.772
Contribuição Social - MP 2.158/2001		362.240	-	-	(187.082)	175.158
<b>Saldo dos Créditos Tributários Registrados</b>		<b>31.904.371</b>	<b>161.603</b>	<b>17.855.047</b>	<b>(10.000.187)</b>	<b>39.920.834</b>

<sup>(1)</sup> Inclui IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.<sup>(2)</sup> Inclui crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.<sup>(3)</sup> Composto, principalmente, por provisões de natureza administrativa.<sup>(4)</sup> Inclui os efeitos da alteração da alíquota da CSLL para bancos de qualquer espécie, conforme emenda Constitucional nº103/19.<sup>(5)</sup> Em 31 de dezembro de 2020, os créditos tributários não ativados totalizaram R\$41.418 (31/12/2019 - R\$209.771) no Consolidado. O registro contábil dos créditos tributários nas demonstrações contábeis do Santander Brasil foi efetuado pelas aliquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN nº 3.059/2002, com as alterações da Resolução CMN nº 4.441/2015.**Expectativa de Realização dos Créditos Tributários**

Ano	Diferenças Temporárias		Prejuízos Fiscais - Base Negativa		Total Registrados	
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	CSLL 18%	CSLL 18%	Registrados
2021	2.082.080	1.707.268	154.693	3.155.880	175.158	7.275.079
2022	6.616.719	5.319.817	154.693	-	-	12.091.229
2023	5.753.863	4.629.558	-	242.587	-	10.626.008
2024	409.632	327.705	-	2.008.546	-	2.745.883
2025	1.088.038	813.009	-	-	-	1.901.047
2026 a 2028	289.215	231.372	-	-	-	520.587
2029 a 2030	315.560	273.588	-	-	-	589.148
<b>Total</b>	<b>16.555.107</b>	<b>13.302.317</b>	<b>309.386</b>	<b>5.407.013</b>	<b>175.158</b>	<b>35.748.981</b>

Ano	Diferenças Temporárias		Prejuízos Fiscais - Base Negativa		Total Registrados	
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	CSLL 18%	CSLL 18%	Registrados
2021	2.730.722	2.083.663	157.549	3.225.180	175.158	8.372.272
2022	7.215.096	5.674.345	157.549	6.006	-	13.107.056
2023	6.307.729	4.955.392	-	266.517	-	11.529.638
2024	490.685	360.735	-	2.034.568	-	2.885.988
2025	1.645.140	1.120.842	-	9.520	-	2.775.502
2026 a 2028	293.385	232.467	-	107.921	-	633.773
2029 a 2030	331.687	284.918	-	-	-	616.605
<b>Total</b>	<b>19.014.444</b>	<b>14.712.362</b>	<b>315.098</b>	<b>5.703.772</b>	<b>175.158</b>	<b>39.920.834</b>

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos resultados futuros.

Com base na Resolução CMN 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço. O saldo comparativo de 31 de dezembro de 2019 foi reclassificado para manter a comparabilidade.

**a.3) Valor Presente dos Créditos Tributários**

O valor presente dos créditos tributários registrados é de R\$33.863.523 (31/12/2019 - R\$25.724.592) no Banco e R\$37.749.808 (31/12/2019 - R\$29.133.062) no Consolidado, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL, Contribuição Social 18% - MP 2.158/2001 e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

**b) Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias**

	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para Riscos Fiscais - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 16.1)	-	-	-	-
Passivos Tributários Diferidos	4.433.050	5.444.706	5.042.170	6.013.811
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	22.562	214.506	214.506	460.654
Impostos e Contribuições a Pagar	933.222	1.069.765	2.051.704	1.817.392
<b>Total</b>	<b>5.388.834</b>	<b>6.514.471</b>	<b>7.308.380</b>	<b>8.291.857</b>

**b.1) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos**

	Banco		Consolidado	
	Saldo em 31/12/2019	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2020
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos <sup>(1)</sup>	1.573.996	52.241	1.626.237	-
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa <sup>(2)</sup>	3.737.329	-	(1.065.147)	2.672.182
Superveniência de Arrendamento Mercantil	5.441.444	-	5.441.444	-
Outros	127.940	1.286	-	129.226
<b>Total</b>	<b>5.444.706</b>	<b>53.527</b>	<b>(1.065.183)</b>	<b>4.433.050</b>

	Banco		Consolidado	
	Saldo em 31/12/2019	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2020
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos <sup>(1)</sup>	1.886.421	86.732	1.753.185	-
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedges de Fluxo de Caixa <sup>(2)</sup>	3.807.649	13.566	(1.076.004)	2.745.211
Superveniência de Arrendamento Mercantil	318.240	33.813	(33.717)	318.336
Outros	201.501	34.804	(10.867)	225.438
<b>Total</b>	<b>6.013.811</b>	<b>168.915</b>	<b>(1.140.556)</b>	<b>5.042.170</b>

<sup>(1)</sup> Inclui IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.**b.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos**

Ano	Diferenças Temporárias		Total Registrados	
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Registrados
2021	1.086.251	867.541	210.142	2.163.934
2022	1.086.251	867.541	210.142	2.163.934
2023	8.991	5.733	-	14.724
2024	7.189	5.733	-	12.922
2025	7.189	5.733	-	12.922
2026 a 2028	21.569	17.199	-	38.768
2029 a 2030	14.379	11.467	-	25.846
<b>Total</b>	<b>2.231.819</b>	<b>1.780.947</b>	<b>420.284</b>	<b>4.433.050</b>

Ano	Diferenças Temporárias		Total Registrados	
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Registrados
2021	1.291.831	910.694	215.136	2.417.661
2022	1.281.951	909.449	215.136	2.406.536
2023	62.079	13.547	1.822	77.446
2024	39.338	6.941	-	46.179
2025	10.681	6.674	-	17.355
2026 a 2028	27.064	19.274	-	46.338
2029 a 2030	17.803	12.850	-	30.653
<b>Total</b>	<b>2.730.747</b>	<b>1.879.329</b>	<b>432.094</b>	<b>5.042.170</b>

**c) Imposto de Renda e Contribuição Social**

Ano	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações</b>	<b>7.752.049</b>	<b>14.624.792</b>	<b>8.921.237</b>	<b>16.770.359</b>
Participações no Lucro <sup>(1)</sup>	(1.668.086)	(1.557.012)	(1.857.937)	(1.734.870)
Resultado não Realizado	-	77.310	-	(62.160)
<b>Resultado antes dos Impostos</b>	<b>6.083.963</b>	<b>13.067.780</b>	<b>7.140.610</b>	<b>14.973.329</b>
<b>Alcance Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Aliquotas de 25% e 20%, Respetivamente</b> <sup>(2)</sup>	<b>(2.737.783)</b>	<b>(5.227.112)</b>	<b>(3.213.275)</b>	<b>(5.989.332)</b>
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas <sup>(3)</sup>	1.353.205	1.089.768	23.273	17.746
Despesas Indeclináveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(55.549)	222.881	(56.651)	243.909
Variável Cambial de Investimentos no Exterior	6.831.483	715.837	6.831.484	715.424
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	523.507	11.739	551.983	70.223
Juros sobre o Capital Próprio	1.472.877	1.474.192	1.502.888	1.601.009
Efeito da Majoração da Alíquota de CSLL <sup>(4)</sup>	-	-	296.112	127.058
Demais Ajustes CSLL 5% <sup>(5)</sup>	56.791	2.646.305	63.642	2.700.000
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	527.655	87.102	540.011	51.890
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>7.972.186</b>	<b>1.020.710</b>	<b>6.539.467</b>	<b>(462.071)</b>

<sup>(1)</sup> A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.<sup>(2)</sup> No resultado de participações em coligadas e controladas não estão incluídos os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.<sup>(3)</sup> Majoração da alíquota da CSLL, a partir de março de 2020, por tempo indeterminado (Nota 3.9).<sup>(4)</sup> Efeito do diferencial de alíquota para as demais empresas não financeiras e financeiras, as quais a alíquota de contribuição social é de 9% e 15%.**Hedge Cambial da Agência Grand Cayman, da Agência de Luxemburgo e da Subsidiária Santander Brasil EFC**

O Banco Santander opera agências nas Ilhas Cayman e em Luxemburgo, além de uma subsidiária chamada Santander Brasil EFC, que são usadas principalmente para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro (Nota 13).

Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos e captações. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do Real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis ou dedutíveis para fins de PIS/COFINS/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis ou dedutíveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

A Lei 14.031, de 28 de julho de 2020, determina que a partir de janeiro de 2021, 50% da variação cambial dos investimentos no exterior deverá ser computada na determinação do lucro real e na base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da pessoa jurídica investidora domiciliada no País. A partir de 2022, a variação cambial será integralmente computada nas bases tributáveis do IRPJ e CSLL.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no "Resultado Operacional antes da Tributação" e na rubrica de "Impostos sobre renda". A seguir constam os efeitos das operações efetuadas, bem como o efeito total do Hedge cambial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

**Em RS**

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
<b>Resultado da Intermediação Financeira</b>		
Resultado gerado em decorrência das variações cambiais sobre investimento do Banco	16.792	1.512
Resultado gerado em decorrência dos contratos de derivativos utilizados como hedge cambial	(30.375)	(2.777)
<b>Despesas Tributárias</b>		
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como hedge cambial - PIS/COFINS		312
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>		(106)
Efeito fiscal dos contratos de derivativos utilizados como hedge cambial - IR/CS		13.271
<b>d) Despesas Tributárias</b>		1.371

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Despesa com COFINS	1.705.772	2.137.264	2.476.433	2.823.612
Despesa com ISS	586.809	530.378	764.993	972.042
Despesa com PIS	277.187	343.250	421.427	476.113
Outras	271.578	218.051	317.621	299.161
<b>Total</b>	<b>2.841.346</b>	<b>3.228.943</b>	<b>3.980.474</b>	<b>4.570.928</b>

**12. Outros Ativos**

	Banco		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.a)	31.861.356	28.854.952	31.861.356	28.973.079
Cartões de Crédito	28.706.517	28.984.542	32.476.841	31.820.361
Direitos Creditórios <sup>(1)</sup>	5.756.068	5.644.233	7.507.557	7.445.344
Devedores por Depósitos em Garantia	1.978.893	2.022.832	2.144.435	2.208.429
Para Interposição de Recursos Fiscais	1.108.009	1.057.348	1.330.431	1.319.644
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	496	103.272	496	103.272
Outros - Cíveis	2.218.922	2.238.982	3.130.301	3.320.147
Garantias Contratuais de Ex-Contrôladores (Nota 20.1)	164.809	196.039	223.676	225.380
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	120.339	100.128	263.997	325.185
Pagamentos a Ressarcir	291.012	283.046	361.149	346.422
Ajadamentos Salariais/Outros	622.564	653.347	687.565	713.936
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 8.a)</				

### 15. Imobilizado de Uso

	<b>Custo</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Residual</b>	<b>Residual</b>
<b>Imóveis de Uso</b>	<b>2.443.916</b>	<b>(848.843)</b>	<b>1.595.073</b>	<b>1.673.270</b>
Terenos	640.650	-	640.650	651.442
Edificações	1.803.266	(848.843)	954.423	1.021.828
<b>Outras Imobilizações de Uso</b>	<b>12.405.737</b>	<b>(7.898.271)</b>	<b>4.507.466</b>	<b>4.540.898</b>
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	4.862.706	(2.862.950)	1.999.756	1.983.667
Sistemas de Processamento de Dados	2.245.466	(1.319.215)	926.251	644.890
Benfeitorias em Imóveis e Terceiros	4.333.491	(2.973.797)	1.359.694	1.472.669
Sistemas de Segurança e Comunicação	664.382	(493.204)	171.178	222.998
Outras	299.692	(249.205)	50.486	216.674
<b>Total</b>	<b>14.849.653</b>	<b>(8.747.114)</b>	<b>6.102.538</b>	<b>6.214.168</b>

	<b>Custo</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Residual</b>	<b>Residual</b>
<b>Imóveis de Uso</b>	<b>2.744.391</b>	<b>(902.862)</b>	<b>1.841.529</b>	<b>1.924.457</b>
Terenos	715.969	-	715.969	718.846
Edificações	2.028.422	(902.862)	1.125.560	1.205.611
<b>Outras Imobilizações de Uso</b>	<b>14.220.916</b>	<b>(9.015.766)</b>	<b>5.205.157</b>	<b>5.256.631</b>
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	4.977.204	(2.888.816)	2.088.388	2.057.422
Sistemas de Processamento de Dados	2.495.703	(1.440.870)	1.054.833	766.320
Benfeitorias em Imóveis e Terceiros	4.435.186	(3.036.344)	1.398.841	1.492.137
Sistemas de Segurança e Comunicação	1.984.215	(1.317.821)	586.394	694.409
Outras	328.609	(251.999)	76.610	246.343
<b>Total</b>	<b>16.965.308</b>	<b>(9.918.622)</b>	<b>7.046.686</b>	<b>7.180.083</b>

	<b>Custo</b>	<b>Amortização</b>	<b>Líquido</b>	<b>Líquido</b>
<b>Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas</b>	<b>27.361.252</b>	<b>(26.860.387)</b>	<b>500.865</b>	<b>274.745</b>
<b>Outros Ativos Intangíveis</b>	<b>9.510.686</b>	<b>(5.290.104)</b>	<b>4.220.582</b>	<b>3.777.511</b>
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciários	5.554.983	(3.544.375)	2.100.607	1.851.076
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	3.782.324	(1.817.553)	1.964.771	1.926.342
Outros	173.379	(18.175)	155.203	93
<b>Total</b>	<b>36.871.937</b>	<b>(32.150.491)</b>	<b>4.721.447</b>	<b>4.052.256</b>

	<b>Custo</b>	<b>Amortização</b>	<b>Líquido</b>	<b>Líquido</b>
<b>Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas</b>	<b>29.680.240</b>	<b>(27.661.542)</b>	<b>2.018.698</b>	<b>1.611.812</b>
<b>Outros Ativos Intangíveis</b>	<b>10.208.203</b>	<b>(5.755.284)</b>	<b>4.452.920</b>	<b>4.100.986</b>
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciários	6.156.895	(3.843.738)	2.313.156	2.118.798
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	3.782.324	(1.817.553)	1.964.771	1.926.342
Outros	268.985	(93.992)	174.992	55.846
<b>Total</b>	<b>39.888.443</b>	<b>(33.416.826)</b>	<b>6.471.617</b>	<b>5.712.798</b>

(\*) Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve registro de impairment.  
Em janeiro de 2020, o Banco Santander adquiriu a participação remanescente sobre o Banco Olé Consignado, no valor de R\$1.608 milhões, gerando um ágio de R\$982 milhões. Em junho de 2020, foi concluído o PPA de alocação do ágio, no qual foram identificados ativos intangíveis no valor total de R\$371 milhões.

### 17. Captações

#### a) Abertura de contas Patrimoniais

	<b>Banco</b>			
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>		
	<b>Sem Vencimento</b>	<b>Até 3 Meses</b>	<b>De 3 a 12 Meses</b>	<b>Acima de 12 Meses</b>
	<b>Total</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
<b>Depósitos</b>	<b>105.618.316</b>	<b>98.290.797</b>	<b>88.611.706</b>	<b>99.950.659</b>
Depósitos à Vista	42.236.911	-	-	42.236.911
Depósitos de Poupança	63.306.504	-	-	63.306.504
Depósitos Interfinanceiros	-	2.446.845	2.218.123	338.508
Depósitos a Prazo <sup>(1)</sup>	74.901	95.843.952	86.393.583	99.612.151
Outros Depósitos	2	-	-	-
<b>Captações no Mercado Aberto</b>	<b>103.866.107</b>	<b>9.875.868</b>	<b>9.875.868</b>	<b>159.971.460</b>
Carteira Própria	-	96.932.868	4.754.855	-
Títulos Públicos	-	86.158.762	4.734.041	-
Títulos de Emissão Própria	-	824	-	824
Outros	-	10.773.282	20.814	10.794.966
Carteira de Terceiros	-	6.283.007	-	6.283.007
Carteira de Livre Movimentação	-	650.232	5.121.013	46.229.485
<b>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</b>	<b>14.234.406</b>	<b>21.809.557</b>	<b>51.015.333</b>	<b>87.059.806</b>
Recursos de Aceites Cambiais	-	101.493	-	101.493
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	8.770.350	15.223.984	54.340.295
Letras de Crédito Imobiliário - LCI <sup>(2)</sup>	-	2.900.612	5.885.390	16.924.529
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	2.129.441	5.214.209	14.746.831
Letras Financeiras - LF <sup>(3)</sup>	-	3.740.297	3.893.014	5.116.600
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG <sup>(4)</sup>	-	-	231.371	901.985
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	5.316.855	5.161.128	19.755.257
Certificados de Operações Estruturadas	-	147.201	1.322.962	914.281
<b>Obrigações por Empréstimos e Repasses</b>	<b>18.720.613</b>	<b>39.949.621</b>	<b>9.049.917</b>	<b>67.720.151</b>
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	16.225.598	37.524.041	1.222.124
Obrigações por Empréstimos à Exportação e Importação	-	16.225.598	37.524.041	1.222.124
Outras Linhas de Crédito	-	2.495.015	2.425.580	7.827.793
Obrigações por Repasses do País	-	-	-	12.748.388
<b>Total</b>	<b>105.618.316</b>	<b>235.111.923</b>	<b>160.246.762</b>	<b>206.245.894</b>

	<b>Banco</b>			
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>		
	<b>Sem Vencimento</b>	<b>Até 3 Meses</b>	<b>De 3 a 12 Meses</b>	<b>Acima de 12 Meses</b>
	<b>Total</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
<b>Depósitos</b>	<b>105.202.694</b>	<b>97.842.617</b>	<b>87.695.722</b>	<b>99.310.763</b>
Depósitos à Vista	41.821.289	-	-	41.821.289
Depósitos de Poupança	63.306.504	-	-	63.306.504
Depósitos Interfinanceiros	-	1.978.525	1.343.393	1.823.507
Depósitos a Prazo <sup>(1)</sup>	74.901	95.864.092	86.402.621	97.436.964
Outros Depósitos	-	-	-	-
<b>Captações no Mercado Aberto</b>	<b>98.891.664</b>	<b>9.875.868</b>	<b>9.875.868</b>	<b>154.997.011</b>
Carteira Própria	-	91.958.425	4.754.855	-
Títulos Públicos	-	81.184.319	4.734.041	-
Títulos de Emissão Própria	-	824	-	824
Outros	-	10.773.282	20.814	10.794.966
Carteira de Terceiros	-	6.283.007	-	6.283.007
Carteira de Livre Movimentação	-	650.232	5.121.013	46.229.485
<b>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</b>	<b>10.759.037</b>	<b>19.790.100</b>	<b>40.078.630</b>	<b>67.027.767</b>
Recursos de Aceites Cambiais	-	53.262	167.1	1.175.794
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	8.971.410	16.221.326	32.475.516
Letras de Crédito Imobiliário - LCI <sup>(2)</sup>	-	2.900.612	5.885.390	16.924.529
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	2.129.441	5.214.209	14.746.831
Letras Financeiras - LF <sup>(3)</sup>	-	3.941.357	4.810.356	7.245.821
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG <sup>(4)</sup>	-	-	231.371	901.985
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	1.587.164	1.834.141	9.977.972
Certificados de Operações Estruturadas	-	147.201	1.322.962	914.281
<b>Obrigações por Empréstimos e Repasses</b>	<b>18.720.613</b>	<b>39.949.621</b>	<b>9.049.917</b>	<b>67.759.950</b>
Obrigações por Empréstimos no País	-	39.799	-	39.799
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	16.225.598	37.524.041	1.222.124
Obrigações por Empréstimos à Exportação e Importação	-	16.225.598	37.524.041	1.222.124
Outras Linhas de Crédito	-	2.495.015	2.425.580	7.827.793
Obrigações por Repasses do País	-	-	-	12.748.388
<b>Total</b>	<b>105.202.694</b>	<b>226.213.931</b>	<b>157.351.110</b>	<b>194.668.793</b>

<sup>(1)</sup> Consideram os vencimentos estabelecidos nas respectivas aplicações, existindo a possibilidade de saque imediato, de forma antecipada ao seu vencimento.  
<sup>(2)</sup> Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, possuem prazo de vencimento entre 2021 e 2027.  
<sup>(3)</sup> As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$50 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, possuem prazo de vencimento entre 2021 e 2025.  
<sup>(4)</sup> Letras Imobiliárias Garantidas são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários garantidos pelo emissor e por um pool de créditos imobiliários apartados dos demais ativos do emissor. Em 31 de dezembro de 2020, possuem prazo de vencimento entre 2021 e 2023 (31/12/2019 - com prazo de vencimento entre 2021 e 2022).  
Captação feita no âmbito da linha Compulsória Especial de Liquidez nos termos da Resolução 4.795/20.  
No Banco e no Consolidado, as linhas de financiamento à exportação e importação são recursos captados junto a instituições financeiras no exterior, destinados à aplicação em operações comerciais de câmbio, relativas a sujeito de letras de exportação e pré-financiamento à exportação e importação, cujos vencimentos vão até o ano de 2024 (31/12/2019 - até o ano de 2023) e estão sujeitos a encargos financeiros, correspondentes à variação cambial acrescida de juros que variam de 0,35% a.a. a 4,3% a.a. (31/12/2019 - de 0,28% a.a. a 3,8% a.a.).  
As obrigações por repasses do país - incluindo obrigações oficiais - tem incidência de encargos financeiros correspondentes a TJLP variação cambial da cesta de moedas do BNDES ou a variação cambial do Dólar americano, acrescidos de juros, de acordo com as políticas operacionais do Sistema BNDES.

	<b>Banco</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>Emissão</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Emissão</b>	<b>Vencimento</b>
<b>Eurobonds</b>	<b>2017</b>	<b>2020</b>	<b>2017</b>	<b>2020</b>
Eurobonds	BRL	4,4%	-	929,042
Eurobonds	2017	2021	BRL	4,4%
Eurobonds	2017	2024	USD	2,4%
Eurobonds	2018	2020	USD	Até 3,5%
Eurobonds	2018	2020	USD	Acima de 3,5%
Eurobonds	2018	2024	USD	6,6% a 6,7%
Eurobonds	2018	2025	USD	Até 9%
Eurobonds	2019	2020	USD	0% a 4,4%
Eurobonds	2019	2027	USD	CDI + 6,4%
Eurobonds	2020	2021	USD	CDI + 1,9%
Eurobonds	2020	2021	USD	0% a 4%
Eurobonds	2020	2022	USD	0% a 4%
Eurobonds	2020	2022	USD	CDI + 1,9%
Eurobonds	2020	2023	USD	0% a 8%
Eurobonds	2020	2023	USD	CDI + 1,9%
Eurobonds	2020	2024	USD	CDI + 1,9%
Outros	-	-	-	13,707
<b>Total</b>	<b>30.233.240</b>	<b>19.419.513</b>	<b>9.399.277</b>	<b>8.715.382</b>

#### b) Abertura de contas de resultado

	<b>Banco</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>01/01 a 31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>01/01 a 31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Depósitos a Prazo <sup>(1) (2)</sup>	1.389.355	2.041.669	1.389.356	2.041.669
Depósitos de Poupança	200.753	399.870	259.594	192.911
Depósitos Interfinanceiros	7.027.108	9.458.914	6.850.518	9.301.152
Captação no Mercado Aberto	-	-	144.130	109.282
Atualização e Juros de Dividendos de Previdência e de Capitalização	24.396.964	7.318.896	25.268.553	7.635.685
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos <sup>(3)</sup>	1.397.188	585.304	627.631	587.870
Outras	44.594.777	30.172.230	45.880.675	29.214.553
<b>Total</b>	<b>74.594.047</b>	<b>41.828.850</b>	<b>74.594.048</b>	<b>41.828.850</b>

<sup>(1)</sup> No Banco e no Consolidado, inclui o registro de juros no valor de R\$909.392 (2019 - R\$3318.568) referente a emissão de Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II (Nota 20).  
<sup>(2)</sup> Inclui despesa de variação cambial no valor de R\$2.955.261.919 no Banco e no Consolidado (2019 - despesa de variação cambial no valor de R\$543.210.207,360 no Banco e no Consolidado).  
<sup>(3)</sup> Em 2019/2020 inclui despesa de variação cambial no valor de R\$151.561.222,189,857 no Banco e no Consolidado. (2019 - Despesa de variação cambial no valor de R\$254.437).

### 18. Outros Passivos Financeiros

#### a. Outros Passivos Financeiros

	<b>Banco</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Total</b>	<b>84.875.959</b>	<b>117.995.882</b>	<b>84.875.959</b>	<b>117.995.882</b>
Carteira de Câmbio (Nota 9)	315.940	1.063.403	315.940	1.063.403
Negociação e Intermediação de Valores (Nota 10)	13.119.660	10.175.961	13.119.660	10.175.961
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 18.b)	94.975	96.928	94.975	96.928
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	25.223	41.756	25.223	41.756
Relações Interfinanceiras	4.631.517	4.019.119	4.631.517	4.019.119
Relações Interdependências	103.263.274	133.393.049	103.263.274	133.393.049
<b>Total</b>	<b>107.353.393</b>	<b>136.399.350</b>	<b>107.353.393</b>	<b>136.399.350</b>

**b. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital**  
Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

	<b>Banco/Consolidado</b>			
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	5.092.153	5.092.153	10.184.306	10.184.306
	1.250	1.250	2.500	2.500
	6,125%	6,125%	12,25%	12,25%
<b>Total</b>	<b>5.093.403</b>	<b>5.093.403</b>	<b>10.186.806</b>	<b>10.186.806</b>

<sup>(1)</sup> Juros pagos semestralmente, a partir de 08 de maio de 2020.  
<sup>(2)</sup> As emissões foram efetuadas através da Agência de Cayman e não há incidência de Imposto de Renda na Fonte.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

#### As Notas possuem as seguintes características comuns:

- (a) Valor unitário de, no mínimo, US\$150 mil e em múltiplos integrais de US\$1 mil no que exceder tal valor mínimo;
- (b) As Notas poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5º (quinto) aniversário contado da data de emissão das Notas, a exclusão do critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às Notas; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

### 19. Outros Passivos

	<b>Banco</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Provisão Técnica para Operações de Capitalização	-	-	44.825.229	2.402.671
Provisão Técnica para Operações de Previdência <sup>(a)</sup>	-	-	3.178.674	1.901.721
Obrigações com Cartões de Crédito	-	-	31.177.114	27.526.591
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 20.b)	4.249.744	4.346.769	6.707.293	36.188.873
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 20.b)				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 31 de dezembro de 2020, o valor era de aproximadamente R\$3.582 milhões.

Compensação Não Homologada - o Banco e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 31 de dezembro de 2020, o valor era de aproximadamente R\$4.644 milhões.

Amortização do Agio do Banco Real - a Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o agio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado. Em 14 de julho de 2015, a Delegacia de Julgamento da RFB decidiu favoravelmente ao Banco Santander, o que ensejou a interposição de Recurso (de ofício) por parte da Fazenda. Em 10 de novembro de 2016 o recurso foi provido, ensejando por parte do Banco a interposição de recurso junto ao CARF, o qual aguarda julgamento e atualmente, aguardamos julgamento perante o CARF. Em 31 de dezembro de 2020, o valor era de aproximadamente R\$1.440 milhões.

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2020, o valor era de aproximadamente R\$581 milhões.

Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL - Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no exercício de 2009 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de atuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2020, o valor era de aproximadamente R\$1.072 milhões.

Amortização do Agio do Banco Sudameris - as autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do agio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas, as quais foram julgadas desfavoravelmente. Atualmente, os processos aguardam julgamento no CARF. Em 31 de dezembro de 2020, o valor era de aproximadamente R\$646 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao exercício fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A. pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34,0% ao invés de 15,0%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo encerrou desfavoravelmente à Companhia. Em julho de 2020, a Companhia ajuizou ação e pediu a anulação do débito. A ação judicial aguarda julgamento. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 31 de dezembro de 2020, o valor era de aproximadamente R\$488 milhões.

Amortização do Agio da Getnet Tecnologia - as autoridades fiscais lavraram autos de infração contra Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamentos S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A. para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do agio pago na aquisição da Getnet Tecnologia, referentes ao período base de 2014 a 2018. Na visão da Receita Federal, a empresa não teria cumprido os requisitos legais para tal amortização. Ambas companhias apresentaram as respectivas defesas e aguardam julgamento na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2020, o valor era de aproximadamente R\$807 milhões.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$227 milhões no Consolidado, excluindo o processo abaixo:

Reajuste das Complementações de Aposentadoria do Banesprev pelo IGPDI - ação ajuizada em 2002 na Justiça Federal pela Associação de Funcionários Aposentados do Banco do Estado de São Paulo requerendo o reajuste da complementação de aposentadoria pelo IGPDI para aposentados do Banespa que tenham sido admitidos até 22 de maio de 1975. A sentença deferiu a correção, mas apenas nos períodos em que não houve a aplicação de nenhuma outra forma de reajuste. O Banco e o Banesprev recorreram dessa decisão e embora os recursos ainda não tenham sido julgados, o índice de êxito do Banco com relação a esse tema nos Tribunais Superiores é de cerca de 90%. Em Execução Provisória foram apresentados cálculos pelo Banco e Banesprev com resultado "zero" em razão da exclusão de participantes que, entre outros motivos, constam como autores em outras ações ou já tiveram algum tipo de reajuste. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e é potencialmente poder afetar o andamento da ação.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$1.753 milhões no Consolidado, sendo os principais processos os seguintes:

Ação Indenizatória Referente à de Serviços de Custódia - prestados pelo Banco Santander em fase inicial e ainda sem sentença proferida.

Ação Oriunda de Disputa Contratual - na aquisição do Banco Geral do Comércio S.A. em fase de recurso pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (T-0).

Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Controladores

Referem-se a ações de natureza fiscais, trabalhistas e cíveis, nos montantes de R\$0, R\$0 e R\$496 (31/12/2019 - R\$102.481, R\$213 e R\$578) no Banco e no Consolidado, respectivamente, registrados em outras obrigações - diversas (Nota 19) de responsabilidade dos ex-controladores de Bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros créditos - diversos (Nota 12).

21. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, noventa e nove mil e novecentos) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Table with 7 columns: Bruto, Ordinárias, Preferenciais, Total, 31/12/2020, 31/12/2019. Rows: De Domiciliados no País, De Domiciliados no Exterior, Total, (-) Ações em Tesouraria, Total em Circulação.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

A Resolução CMN nº 4.885, de 29/23 de maio de dezembro de 2020, veda que as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil paguem juros sobremontemem de capital próprio acima do maior entre: i) 30% do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I do artigo 20 da Lei nº 6.404/76; ou ii) dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social mínimos obrigatórios estabelecidos pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76, inclusive por antecipações sob forma de juros sobre o Capital Próprio, até 31 de dezembro de 2020. A norma também veda a redução do capital social, salvo em situações específicas, e o aumento da remuneração de seus diretores, administradores e membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

A seguir, apresentamos a distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio efetuadas em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

Table with 7 columns: Bruto, Ordinárias, Preferenciais, Total, 31/12/2019, 31/12/2020. Rows: Juros sobre o Capital Próprio, Juros sobre o Capital Próprio, Juros sobre o Capital Próprio, Juros sobre o Capital Próprio, Dividendos Intercalares, Total.

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de abril de 2020, pagos no dia 24 de junho de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de julho de 2020, pagos no dia 25 de setembro de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 26 de outubro de 2020, pagos no dia 23 de dezembro de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de dezembro de 2020, pagos a partir de 1º de fevereiro de 2021, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(5) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2020.

Table with 7 columns: Bruto, Ordinárias, Preferenciais, Total, 31/12/2019, 31/12/2020. Rows: Juros sobre o Capital Próprio, Juros sobre o Capital Próprio, Juros sobre o Capital Próprio, Juros sobre o Capital Próprio, Dividendos Intercalares, Total.

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2019, pagos no dia 28 de maio de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 28 de junho de 2019, pagos no dia 31 de julho de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 30 de setembro de 2019, pagos em 30 de outubro de 2019, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de dezembro de 2019, pagos em 21 de fevereiro de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(5) Deliberados pelo Conselho de Administração em 27 de dezembro de 2019, pagos em 21 de fevereiro de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

O valor de juros sobre o capital próprio e dos dividendos intercalares foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício de 2019.

c) Reservas

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas de Capital

As reservas de capital do Banco são compostas de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 02 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 04 de novembro de 2020, novo programa de recompra de Consórcio e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação. O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 36.956.402 Units, representativas de 36.956.402 ações ordinárias e 36.956.402 ações preferenciais, que correspondem, em 31 de dezembro de 2020, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 31 de dezembro de 2020, o Banco Santander possuía 355.661.814 ações ordinárias e 383.466.228 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital, e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 18 meses contados a partir de 03 de fevereiro de 2021, encerrando-se em 02 de agosto de 2022.

Table with 3 columns: Bruto, Ordinárias, Preferenciais, Total, 31/12/2019, 31/12/2020. Rows: Banco Consolidado, Em Milhares de Ações, Quantidade, Unidades, Ações em Tesouraria no Início do Período, Ações em Tesouraria no Final do Período.

(\*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

e) Patrimônio Líquido Consolidado - Resultados não Realizados

O patrimônio líquido consolidado está impactado, principalmente, por resultados não realizados/registrados no valor de R\$ 621.327.820 (31/12/2019 - 77.044).

Em 31 de dezembro de 2020, foi registrado no resultado o montante de R\$ 698.374.764 (2019 - R\$92.497) referente ao lucro não realizado.

f) Participação dos Acionistas Minoritários

Table with 5 columns: 31/12/2020, 01/01 a 31/12/2020, 01/01 a 31/12/2019, Resultado, Quantidade. Rows: Banco RCI Brasil S.A., Banco Hyundai Capital Brasil S.A., Banco PSA (Nota 2.b), Banco Entretimento S.A., Santander Leasing (Nota 2.b), Olé Consignado (Nota 2.b), FI RN Brasil - Financiamento de Veículos, Getnet S.A. (Nota 2.b), FI Direitos Creditórios RCI Brasil, Return Capital Serviços de Recuperação de Créditos S.A. (Nota 2.c), Total.

(\*) Fundos de investimentos encerrados durante o exercício de 2019.

22. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

A Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 26 de março de 2020 aprovou, conforme recomendação favorável do Comitê de Remuneração, a proposta de remuneração máxima global para os Administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2020, no montante de até R\$400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) que foi realizada em 30 de abril de 2020.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

a.2) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva e refere-se ao montante reconhecido como despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, pelo Banco Santander e suas controladas aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander.

A remuneração Fixa

Remuneração variável - Em espécie

Remuneração variável - Em ações

Outras

Total Benefícios de Curto Prazo

Remuneração variável - Em espécie

Remuneração variável - Em ações

Total Benefícios de Longo Prazo

Total

(\*) A tabela inclui saldo de remuneração variável diferida de exercícios anteriores, devidamente contabilizados nos respectivos anos de competência.

Adicionalmente, no exercício de 2020, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R\$29.162 (2019 - R\$35.128).

b) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos serão descontinuada.

c) Operações de Crédito

O Banco e suas controladas poderão efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tangue aos artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.693/18, o artigo 34 da "Lei das Sociedades Anônimas" e a Política para Transações com Partes Relacionadas do Santander, publicada no site de Relações com Investidores, sendo consideradas partes relacionadas:
(1) seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
(2) seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
(3) em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
(4) pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
(5) pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
(6) pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
(7) pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
(8) pessoas jurídicas que possuem um diretor ou membro do Conselho de Administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

d) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

Table with 7 columns: Ações Ordinárias, Ações Ordinárias (%), Ações Preferenciais, Ações Preferenciais (%), Total Ações, Total Ações (%), 31/12/2020. Rows: Acionistas, Sterrebeck B.V. (1), Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1), Banco Santander, S.A. (1), Funcionários, Administradores (\*), Outros, Total em Circulação, Ações em Tesouraria, Total, Free Float (2).

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por Funcionários e Outros.

(3) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

e) Transações com Partes Relacionadas

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

Table with 7 columns: Ativos (Passivos), Receitas (Despesas), Ativos (Passivos), Receitas (Despesas), Ativos (Passivos), Receitas (Despesas), Total (Total), 31/12/2020, 31/12/2019. Rows: Disponibilidades, Banco Santander Espanha, Santander Bank, National Association, Diversos, Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Aymoré CFI (2), Banco Santander Espanha, Banco PSA, Banco RCI Brasil S.A., Bandede (2), Olé Consignado, Diversos, Títulos e Valores Mobiliários, Santander Leasing (2), Instrumentos Financeiros, Derivativos - Líquido, Fundo de Investimento Santillana (2), Banco Santander Espanha (1), Santander FI Amazonas (2), Santander FI Hedge Strategies (2) (Nota 2), Santander Hermes Multi Créd, Priv Infra Fundo de Invest, Aymoré FI Diamantina (2), Pessoal Chave da Administração, Diversos, Relações Interfinanceiras, Getnet S.A. (2) (16), Santander Leasing (2), Operações de Crédito, Gestora de Inteligência de Crédito, Logos Gestão de Pátios S.A., Pessoal Chave da Administração, Diversos, Dividendos e Bonificações a Receber, Aymoré CFI (2), Santander CCVM (2), Bandede (2), Banco RCI Brasil S.A. (2), Santander Brasil Tecnologia S.A. (2), Santander Leasing (2), Santander Corretora de Seguros (2), Santander Auto S.A., Webmotors S.A. (4), Getnet S.A. (2), Sancaop Investimentos e Participações S.A. (2), Olé Consignado (2), Diversos, Negociação e Intermédio de Valores, Banco Santander Espanha (1), Carteira de Câmbio - Líquida, Banco Santander Espanha (1), Pessoal Chave da Administração, Rendas a Receber, Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (7), Zurich Santander Brasil Seguros S.A. (7), Valores a Receber de Sociedades Ligadas, Santander Capitalização S.A. (2), Aymoré CFI (2), Santander FI Diamantina (2), Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. (3), Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A., Santander Brasil Tecnologia S.A. (2), Santander CCVM (2), Gesban Servicos Administrativos Globales, S.L., Santander Brasil Consórcio, Santander Corretora de Seguros (2), Esfera Fidelidade S.A., Banco Santander Espanha (1), Santander Digital Assets, SL, Santander FI Hedge Strategies (2) (Nota 2), Getnet S.A. (2) (16), Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (3), Diversos, Resultado não operacional, Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A., Outros Créditos - Diversos, Gesban Servicos Administrativos Globales, S.L., Banco Santander Espanha (1), Banco Santander Espanha (2), Banco Santander International (2), Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (3), Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. (3), Pessoal Chave da Administração, Diversos, Depósitos, Santander Leasing (2), Banco Santander Espanha (1), Aymoré CFI (2), Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (7), Zurich Santander Brasil Seguros S.A. (7), Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. (3), Fundo de Investimento Santillana (2), Banco Santander Tecnologia S.A. (2), Banco RCI Brasil S.A. (2), Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (3), Santander Securities Services Brasil Participações S.A. (2), Santander FI Hedge Strategies (2) (Nota 2), Getnet S.A. (2), Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A., Pessoal Chave da Administração, Diversos, Operações Compromissadas, Santander FI Amazonas (2), Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A., Santander Leasing (2), Santander CCVM (2), Santander FI SBAC (2), Santander FI Casuará (2), Santander FI Diamantina (2), Santander FI Unix (2), Fundo de Investimento Santillana (2), Pessoal Chave da Administração.

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por Funcionários e Outros.

(3) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

Table with 7 columns: Ativos (Passivos), Receitas (Despesas), Ativos (Passivos), Receitas (Despesas), Ativos (Passivos), Receitas (Despesas), Total (Total), 31/12/2020, 31/12/2019. Rows: Disponibilidades, Banco Santander Espanha, Santander Bank, National Association, Diversos, Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Aymoré CFI (2), Banco Santander Espanha, Banco PSA, Banco RCI Brasil S.A., Bandede (2), Olé Consignado, Diversos, Títulos e Valores Mobiliários, Santander Leasing (2), Instrumentos Financeiros, Derivativos - Líquido, Fundo de Investimento Santillana (2), Banco Santander Espanha (1), Santander FI Amazonas (2), Santander FI Hedge Strategies (2) (Nota 2), Santander Hermes Multi Créd, Priv Infra Fundo de Invest, Aymoré FI Diamantina (2), Pessoal Chave da Administração, Diversos, Relações Interfinanceiras, Getnet S.A. (2) (16), Santander Leasing (2), Operações de Crédito, Gestora de Inteligência de Crédito, Logos Gestão de Pátios S.A., Pessoal Chave da Administração, Diversos, Dividendos e Bonificações a Receber, Aymoré CFI (2), Santander CCVM (2), Bandede (2), Banco RCI Brasil S.A. (2), Santander Brasil Tecnologia S.A. (2), Santander Leasing (2), Santander Corretora de Seguros (2), Santander Auto S.A., Webmotors S.A. (4), Getnet S.A. (2), Sancaop Investimentos e Participações S.A. (2), Olé Consignado (2), Diversos, Negociação e Intermédio de Valores, Banco Santander Espanha (1), Carteira de Câmbio - Líquida, Banco Santander Espanha (1), Pessoal Chave da Administração, Rendas a Receber, Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (7), Zurich Santander Brasil Seguros S.A. (7), Valores a Receber de Sociedades Ligadas, Santander Capitalização S.A. (2), Aymoré CFI (2), Santander FI Diamantina (2), Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. (3), Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A., Santander Brasil Tecnologia S.A. (2), Santander CCVM (2), Gesban Servicos Administrativos Globales, S.L., Santander Brasil Consórcio, Santander Corretora de Seguros (2), Esfera Fidelidade S.A., Banco Santander Espanha (1), Santander Digital Assets, SL, Santander FI Hedge Strategies (2) (Nota 2), Getnet S.A. (2) (16), Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (3), Diversos, Resultado não operacional, Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A., Outros Créditos - Diversos, Gesban Servicos Administrativos Globales, S.L., Banco Santander Espanha (1), Banco Santander Espanha (2), Banco Santander International (2), Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (3), Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. (3), Pessoal Chave da Administração, Diversos, Depósitos, Santander Leasing (2), Banco Santander Espanha (1), Aymoré CFI (2), Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (7), Zurich Santander Brasil Seguros S.A. (7), Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. (3), Fundo de Investimento Santillana (2), Banco Santander Tecnologia S.A. (2), Banco RCI Brasil S.A. (2), Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (3), Santander Securities Services Brasil Participações S.A. (2), Santander FI Hedge Strategies (2) (Nota 2), Getnet S.A. (2), Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A., Pessoal Chave da Administração, Diversos, Operações Compromissadas, Santander FI Amazonas (2), Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A., Santander Leasing (2), Santander CCVM (2), Santander FI SBAC (2), Santander FI Casuará (2), Santander FI Diamantina (2), Santander FI Unix (2), Fundo de Investimento Santillana (2), Pessoal Chave da Administração.

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por Funcionários e Outros.

(3) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

Table with 7 columns: Ativos (Passivos), Receitas (Despesas), Ativos (Passivos), Receitas (Despesas), Ativos (Passivos), Receitas (Despesas), Total (Total), 31/12/2020, 31/12/2019. Rows: Disponibilidades, Banco Santander Espanha, Santander Bank, National Association, Diversos, Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Aymoré CFI (2), Banco Santander Espanha, Banco PSA, Banco RCI Brasil S.A., Bandede (2), Olé Consignado, Diversos, Títulos e Valores Mobiliários, Santander Leasing (2), Instrumentos Financeiros, Derivativos - Líquido, Fundo de Investimento Santillana (2), Banco Santander Espanha (1), Santander FI Amazonas (2), Santander FI Hedge Strategies (2) (Nota 2), Santander Hermes Multi Créd, Priv Infra Fundo de Invest, Aymoré FI Diamantina (2), Pessoal Chave da Administração, Diversos, Relações Interfinanceiras, Getnet S.A. (2) (16), Santander Leasing (2), Operações de Crédito, Gestora de Inteligência de Crédito, Logos Gestão de Pátios S.A., Pessoal Chave da Administração, Diversos, Dividendos e Bonificações a Receber, Aymoré CFI (2), Santander CCVM (2), Bandede (2), Banco RCI Brasil S.A. (2), Santander Brasil Tecnologia S.A. (2), Santander Leasing (2), Santander Corretora de Seguros (2), Santander Auto S.A., Webmotors S.A. (4), Getnet S.A. (2), Sancaop Investimentos e Participações S.A. (2), Olé Consignado (2), Diversos, Negociação e Intermédio de Valores, Banco Santander Espanha (1), Carteira de Câmbio - Líquida, Banco Santander Espanha (1), Pessoal Chave da Administração, Rendas a Receber, Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (7), Zurich Santander Brasil Seguros S.A. (7), Valores a Receber de Sociedades Ligadas, Santander Capitalização S.A. (2), Aymoré CFI (2), Santander FI Diamantina (2), Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. (3), Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A., Santander Brasil Tecnologia S.A. (2), Santander CCVM (2), Gesban Servicos Administrativos Globales, S.L., Santander Brasil Consórcio, Santander Corretora de Seguros (2), Esfera Fidelidade S.A., Banco Santander Espanha (1), Santander Digital Assets, SL, Santander FI Hedge Strategies (2) (Nota 2), Getnet S.A. (2) (16), Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (3), Diversos, Resultado não operacional, Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A., Outros Créditos - Diversos, Gesban Servicos Administrativos Globales, S.L., Banco Santander Espanha (1), Banco Santander Espanha (2), Banco Santander International (2), Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (3), Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. (3), Pessoal Chave da Administração, Diversos, Depósitos, Santander Leasing (2), Banco Santander Espanha (1), Aymoré CFI (2), Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (7), Zurich Santander Brasil Seguros S.A. (7), Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. (3), Fundo de Investimento Santillana (2), Banco Santander Tecnologia S.A. (2), Banco RCI Brasil S.A. (2), Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (3), Santander Securities Services Brasil Participações S.A. (2), Santander FI Hedge Strategies (2) (Nota 2), Getnet S.A. (2), Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A., Pessoal Chave da Administração, Diversos, Operações Compromissadas, Santander FI Amazonas (2), Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A., Santander Leasing (2), Santander CCVM (2), Santander FI SBAC (2), Santander FI Casuará (2), Santander FI Diamantina (2), Santander FI Unix (2), Fundo de Investimento Santillana (2), Pessoal Chave da Administração.

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por Funcionários e Outros.

(3) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Banco				Consolidado			
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
	31/12/2020	31/12/2019	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2019
<b>Diversos</b>	(363.661)	(19.165)	(502.073)	(13.731)	(1)	(613)	-	-
<b>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</b>	<b>(117.368)</b>	<b>(3.825)</b>	<b>(89.074)</b>	<b>(5.701)</b>	<b>(117.368)</b>	<b>(3.825)</b>	<b>(89.074)</b>	<b>(5.701)</b>
Pessoal Chave da Administração	(117.368)	(3.825)	(89.074)	(5.701)	(117.368)	(3.825)	(89.074)	(5.701)
<b>Obrigações por Empréstimos e Repasses</b>	<b>(10.401.564)</b>	<b>(94.890)</b>	<b>(2.581.530)</b>	-	<b>(10.401.564)</b>	<b>(55.686)</b>	-	-
Banco Santander Espanha (1)	(10.401.564)	(8.194)	-	(10.401.564)	(55.686)	-	-	-
Santander Tecnologia e Inovação Ltda	-	(86.696)	-	-	-	-	-	-
Santander Brasil EFC (2)	-	-	(2.581.530)	-	-	-	-	-
<b>Dividendos e Bonificações a Pagar</b>	<b>(508.491)</b>	<b>(10.185)</b>	<b>(6.886.828)</b>	-	<b>(508.491)</b>	<b>(10.185)</b>	<b>(6.886.828)</b>	-
Banco Santander Espanha (1)	(195)	(1.067.623)	-	(195)	(1.067.623)	-	-	-
Sterrebeek B.V. (1)	(268.406)	(3.629.772)	-	(268.406)	(3.629.772)	-	-	-
GES (1) (3)	(239.890)	(2.177.207)	-	(239.890)	(2.177.207)	-	-	-
Banco Madesant (3)	-	(1.948)	-	-	-	(1.948)	-	-
Pessoal Chave da Administração	-	(10.185)	(10.185)	-	-	(10,185)	(10,278)	-
<b>Valores a Pagar de Societades Ligadas</b>	<b>(361.599)</b>	<b>(1.663.389)</b>	<b>(127.148)</b>	<b>(945.626)</b>	<b>(82.479)</b>	<b>(1.232.400)</b>	<b>(28.349)</b>	<b>(580.717)</b>
Santander Brasil Tecnologia S.A. (2)	(4.353)	(236.972)	(46)	(198.113)	-	-	-	-
Banco Santander Espanha (1)	(202.787)	(717.403)	-	(154.112)	(21)	(717.403)	(21)	(154.110)
Santander Corretora de Seguros (2)	(14.751)	(164.092)	(12.127)	(139.816)	-	-	-	-
Getnet S.A. (2)	(17.573)	(26.576)	(12.886)	(29.360)	-	-	-	-
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (3)	(9.373)	(52.379)	-	-	(9.373)	(52.379)	(5.066)	(49.241)
Santander Leasing (2)	(79.374)	-	(79.387)	-	-	-	-	-
Santander Brasil Asset Management DTVM S.A. (3)	-	-	-	-	(95)	(1.728)	(14.406)	(967)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (2)	-	-	-	(40.550)	(41.580)	-	-	-
Santander Global Technology, S.L., SOCI Diversos	(31.774)	(344.593)	(8.240)	(335.609)	(31.774)	(345.287)	(8.240)	(336.303)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(1.614)	(121.374)	(14.462)	(88.616)	(666)	(74.023)	(616)	(40.096)
<b>Banco Santander Espanha (1) (3)</b>	<b>(13.119.660)</b>	<b>(4.263.360)</b>	<b>(10.175.961)</b>	<b>(1.394.973)</b>	<b>(13.119.660)</b>	<b>(4.263.360)</b>	<b>(10.175.961)</b>	-
<b>Despesas com Doações</b>	-	<b>(17.000)</b>	-	<b>(16.100)</b>	-	<b>(19.630)</b>	-	<b>(19.915)</b>
Instituto Escola Brasil	-	-	-	-	(700)	-	-	(900)
Santander Cultural	-	-	-	-	(330)	-	-	(1.300)
Fundação Sudameris	-	(17.000)	-	(16.100)	-	(17.000)	-	(16.100)
Fundação Santander	-	-	-	-	(1.600)	-	-	(1.615)
<b>Outras Obrigações - Diversas</b>	<b>(6.210.051)</b>	<b>(1.725.286)</b>	<b>(3.926.496)</b>	<b>(1.793.932)</b>	<b>(672.658)</b>	<b>(956.505)</b>	<b>(379.980)</b>	<b>(891.298)</b>
Banco Santander Espanha (1)	-	(1.837)	-	-	(1.967)	-	-	(1.277)
TecBan (4)	-	(364.349)	-	(345.610)	-	(364.349)	-	(345.610)
Santander Brasil Tecnologia S.A. (2)	-	(224.557)	-	(251.625)	-	-	-	-
Aquanima Brasil Ltda. (5)	-	(32.070)	-	-	-	-	-	(28.382)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (3)	-	(2.994)	-	-	(2.994)	-	-	(3.109)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. (2)	(17.713)	(17.713)	-	(38.135)	(38.483)	-	-	(23.303)
Getnet S.A. (2)	(5.576.635)	(623.500)	(3.573.943)	(721.143)	(63.276)	(502.042)	(357.249)	(485.674)
Pessoal Chave da Administração	(615.469)	(440.912)	(352.553)	(430.058)	(633.276)	(502.042)	(4.679.921)	140
Diversos	(238)	(17.354)	(45.496)	(1.247)	(14.422)	(235)	(1.219)	219
<b>Garantias e Limites (6)</b>	<b>10.034</b>	<b>61</b>	<b>5.010</b>	<b>24</b>	<b>11.038</b>	<b>61</b>	<b>5.010</b>	<b>24</b>
Pessoal Chave da Administração (6)	11.038	61	5.010	24	11.038	61	5.010	24

(1) Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1 e 30.0), através das subsidiárias GES e Sterrebeek B.V.  
(2) Controlada Direta ou Indireta pelo Banco Santander.  
(3) Controlada Direta ou Indireta pelo Banco Santander Espanha.  
(4) Controlada em Conjunto - Santander Corretora de Seguros.  
(5) Refere-se a parcela adquirida pelo Controlador junto ao Plano de Otimização do PR realizada no primeiro semestre de 2018.  
(6) Corresponde a valores a receber relacionados a Adquirência.  
(7) Influência Significativa do Banco Santander Espanha.  
(8) Refere-se ao registro em contas de compensação das Garantias e Limites de operações de crédito com Pessoal Chave da Administração.

**23. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias**

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Administração de Recursos	572.932	728.534	1.016.919	1.085.948
Serviços de Conta Corrente	3.960.855	3.797.412	3.965.551	3.857.051
Operações de Crédito e Rendas de Garantias Prestadas	1.060.892	985.138	1.437.600	1.379.261
Operações de Crédito	429.133	440.422	805.841	834.545
Rendimentos de Garantias Prestadas	631.759	544.716	631.759	544.716
Comissões de Seguros	2.181.595	2.447.766	3.116.921	3.118.280
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirente	3.806.212	4.172.242	5.590.215	6.118.419
Caixa e Arrecadações	1.477.704	1.510.489	1.471.121	1.514.625
Colocação de Títulos, Custódia e Corretagem	785.737	780.019	1.051.962	982.099
Outras	280.408	247.397	803.681	628.769
<b>Total</b>	<b>14.126.335</b>	<b>14.668.997</b>	<b>18.463.970</b>	<b>18.684.452</b>

**24. Despesas de Pessoal**

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Remuneração	3.623.045	3.978.454	4.102.940	4.438.158
Encargos	1.305.790	1.386.695	1.535.348	1.635.991
Benefícios	1.243.870	1.351.522	1.428.339	1.537.821
Treinamento	43.723	61.194	50.800	68.134
Outras	3.706	8.631	59.790	81.195
<b>Total</b>	<b>6.220.134</b>	<b>6.786.496</b>	<b>7.177.217</b>	<b>7.761.299</b>

**25. Outras Despesas Administrativas**

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Depreciações e Amortizações	2.641.934	2.217.366	3.094.511	2.778.756
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	2.067.985	1.951.254	2.623.065	2.301.914
Comunicações	378.571	378.143	397.071	403.595
Processamento de Dados	2.873.538	2.392.249	2.758.541	2.585.967
Propaganda, Promoções e Publicidade	487.437	545.028	637.787	745.242
Aluguéis	794.433	777.648	811.875	801.130
Transportes e Viagens	83.442	147.679	104.400	190.886
Serviços do Sistema Financeiro	255.523	273.115	329.637	340.067
Serviços de Vigilância e Transporte de Valores	565.601	597.058	566.957	601.402
Manutenção e Conservação de Bens	281.407	247.935	314.261	264.100
Água, Energia e Gás	186.748	209.818	190.461	215.832
Material	67.117	46.143	79.439	53.828
Outras	651.794	534.573	892.390	860.011
<b>Total</b>	<b>11.337.530</b>	<b>10.318.009</b>	<b>12.800.395</b>	<b>12.142.730</b>

**26. Outras Receltas Operacionais**

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Receita Líquida de Rendas de Previdência e de Capitalização	-	-	551.544	506.529
Reversão de Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 21)	-	35.358	-	35.358
Atualização de Depósitos Judiciais	186.159	501.067	235.800	582.282
Atualização de Impostos a Compensar	119.320	148.173	166.091	185.403
Recuperação de Encargos e Despesas	1.590.188	773.851	1.414.846	541.728
Varição Monetária Ativa	-	46.830	3	47.931
Outras	2.704.358	2.782.810	3.897.584	3.294.734
<b>Total</b>	<b>4.600.025</b>	<b>4.288.089</b>	<b>6.265.868</b>	<b>5.193.965</b>

**27. Outras Despesas Operacionais**

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Provisões Operacionais	(130.820)	190.028	66.144	197.158
Fiscais (Nota 20.c)	(83.227)	1.082.166	985.904	1.137.392
Trabalhistas (Nota 20.c)	632.425	312.423	807.086	491.755
Cíveis (Nota 20.c)	3.472.536	4.231.965	3.017.970	3.364.387
Perdas Atuariais - Planos de Aposentadoria	262.551	305.355	264.581	306.391
Despesas Judiciais e Custas	104.150	151.770	108.807	156.192
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	90.693	74.307	92.562	76.293
Corretagens e Emolumentos	82.644	82.645	82.140	83.095
Comissões	851.892	705.484	2.160.592	2.072.498
Atualização do Valor Recuperável	3.489	110.466	3.489	110.466
Outras (1)	3.550.833	4.204.075	5.789.246	5.670.986
<b>Total</b>	<b>9.813.620</b>	<b>11.450.684</b>	<b>13.378.521</b>	<b>13.665.613</b>

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, inclui, principalmente, atualização monetária sobre provisões para processos judiciais e administrativos e obrigações legais, provisões para o fundo garantidor de benefícios e outras provisões.

**28. Resultado Não Operacional**

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Resultado na alienação de Investimentos	168.595	-	168.595	6.257
Resultado na Alienação de Valores e Bens	72.817	60.002	64.109	69.058
Reversão (Constituição) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	11.534	46.292	24.629	(36.852)
Despesas com Bens não de Uso	(50.677)	(55.755)	(52.579)	(55.775)
Ganhos (Perdas) de Capital	2.146	(7.555)	(110)	(7.956)
Outras Receltas Líquidas	35.884	59.604	34.331	34.747
<b>Total</b>	<b>240.290</b>	<b>102.588</b>	<b>238.967</b>	<b>8.479</b>

**29. Plano de Benefícios a Funcionários**

**a) Plano de Aposentadoria Complementar**

O Banco Santander e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência complementar e caixas assistenciais, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

**i) Banesprev**

**Plano I:** plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

**Plano II:** plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuariário para cada exercício, implementado em abril de 2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC), em razão de déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

**Plano V:** plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos até 22 de maio de 1975, fechado com benefícios calculados até o final do plano.

**Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão - Pré 75:** plano de benefício definido, constituído em função do processo de privatização do Banespa, gerido pelo Banesprev e oferecido somente para os empregados admitidos até 22 de maio de 1975, tendo como data efetiva de início em 1 de janeiro de 2000. Plano fechado para novas adesões desde 28 de abril de 2000.

**Plano III:** plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano, as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1 de setembro de 2005.

**Plano IV:** plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os beneficiários de risco e custeio administrativo. Nesse plano, o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os beneficiários de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

**Três Planos (DCA, DAB e CACIBAN):** plano de complementação de aposentadoria e pensões de ex-funcionários associados, advindos do processo de aquisição do ex-Banco Meridional, constituídos sob a modalidade de benefício definido. Planos fechados para novas adesões antes da aquisição do Grupo Bozano Simonsen pelo Banco Santander em novembro de 1999.

**Plano Sanprev I:** plano de benefício definido, instituído em 27 de setembro de 1979, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano e se encontra em processo de extinção desde 30 de junho de 1996.



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	2020		Consolidado	
	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente
Recotas da Intermediação Financeira	108.988.213		82.740.412	
Despesas da Intermediação Financeira	(21.237.321)	(525.434)	(51.759.742)	(367.584)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	12.029.617	(12.555.015)	30.980.670	(367.584)
Outras Recotas (Despesas) Operacionais (a/d)	9.207.704	(525.434)	17.129.464	(367.584)
Resultado Operacional	71.967	167.000	8.479	
Resultado não Operacional (c)				
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	9.279.671	(358.434)	17.137.943	(367.584)
Imposto de Renda e Contribuição Social (a/b/c/d)	6.414.815	124.652	(3.309.107)	2.847.034
Participações no Lucro	(1.857.937)	(1.857.937)	(1.734.870)	(1.734.870)
Participação dos Acionistas Minoritários	(133.387)	(133.387)	(392.429)	(392.429)
Lucro Líquido	13.703.162	(233.782)	13.469.380	14.180.987

a) Amortização de ágio em investimentos reconhecido como Outras Despesas Operacionais no valor antes de tributos de R\$425.434 (2019: R\$367.584) no Banco e no Consolidado, com impacto líquido de tributos de R\$ 233.989 (2019: R\$220.550);

b) Reconhecimento de Créditos Tributários sobre Majoração da alíquota de Contribuição Social s/Lucro (CSLL), de 15% para 20%, nos termos do art. 32 da Emenda Constitucional 103, de 13 de novembro de 2019, que resultou impacto direto nas linhas de despesas de CSLL no exercício de 2019, no valor de R\$ 2.646.000, no Banco, e de R\$2.700.000, no Consolidado.

c) Resultado não operacional na alienação da participação societária na Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. em 2020, (vide nota 31.iii) no valor antes de impostos de R\$167.000 (líquido de tributos: R\$ 100.200), no Banco e no Consolidado.

d) Ação de Ação ao Combate à COVID-19 reconhecida como outras despesas operacionais em 2020, com impacto antes de tributos valor de R\$100.000 (líquido de tributos, R\$ 94.190), no Banco e no Consolidado.

## 33. Eventos Subsequentes Deliberação de Dividendos Mínimos Obrigatórios

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 02 de fevereiro de 2021, aprovou proposta da Diretoria Executiva, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada até abril de 2021, de distribuição de dividendos, no montante bruto de R\$512 milhões. Farão jus aos Dividendos os acionistas que se encontrarem inscritos nos registros do Banco, em 03 de fevereiro de 2021 (inclusive). Dessa forma, a partir de 16 de fevereiro de 2021 (inclusive), as ações do Banco serão negociadas "Ex-dividendos". O valor dos dividendos será pago a partir do dia 03 de março de 2021, imputados integralmente aos dividendos obrigatórios a serem distribuídos pelo Banco, conforme reunido ao exercício de 2020, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária. A deliberação contou com parecer favorável do Conselho Fiscal, conforme reunião realizada na mesma data, e está em conformidade com as disposições da Resolução CMN nº 4.885/2020.

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ávaro Antônio Cardoso de Souza - Presidente (independente)	Deborah Stern Vieitas - Conselheira (independente)	José Maria Nus Badia - Conselheiro
Sérgio Agapito Lires Rial - Vice-Presidente	Jose Antonio Alvarez Alvarez - Conselheiro	Márlia Artimonte Rocca - Conselheira (independente)
Deborah Patricia Wright - Conselheira (independente)	José de Paiva Ferreira - Conselheiro	Pedro Augusto de Melo - Conselheiro (independente)

### COMITÊ DE AUDITORIA

Deborah Stern Vieitas - Coordenadora	Luiz Carlos Nannini - Membro Técnico Qualificado	Maria Elena Cardoso Figueira - Membro	René Luiz Grande - Membro
--------------------------------------	--	---------------------------------------	---------------------------

### COMITÊ DE RISCOS E COMPLIANCE

Pedro Augusto de Melo - Coordenador	Ávaro Antonio Cardoso de Souza - Membro	José de Paiva Ferreira - Membro	Virginie Genès-Petrinilho - Membro
-------------------------------------	---	---------------------------------	------------------------------------

### COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE

Márlia Artimonte Rocca - Coordenadora	Carlos Rey de Vicente - Membro	Tarcila Reis Corrêa Ursini - Membro
Carlos Aguiar Neto - Membro	Mario Roberto Opice Leão - Membro	Tasso Rezende de Azevedo - Membro

### COMITÊ DE NOMEAÇÃO E GOVERNANÇA

Ávaro Antonio Cardoso de Souza - Coordenador	Deborah Patricia Wright - Membro	Luiz Fernando Sanzogo Giogi - Membro
--	----------------------------------	--------------------------------------

### COMITÊ DE REMUNERAÇÃO

Deborah Patricia Wright - Coordenadora	Ávaro Antonio Cardoso de Souza - Membro	Luiz Fernando Sanzogo Giogi - Membro
--	---	--------------------------------------

### CONSELHO FISCAL \*

João Guilherme de Andrade So Consiglio - Membro efetivo (Presidente)	Louise Barsi - Membro efetivo	Luciano Faleiros Paolucci - Membro suplente
Antonio Melchiodi Baldisera - Membro efetivo	Manoel Marcos Madureira - Membro suplente	Valmir Pedro Rossi - Membro suplente

\*O Conselho Fiscal foi instalado nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária realizadas em 30 de abril de 2020, tendo os membros sido homologados pelo Banco Central do Brasil em 10 de julho de 2020, data esta em que tomaram posse nos respectivos cargos, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2021.

### DIRETORIA EXECUTIVA

Sérgio Agapito Lires Rial

### DIRETOR VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Angel Santodomingo Martell

### DIRETORES VICE-PRESIDENTES EXECUTIVOS

Alberto Monteiro de Queiroz Netto	Antonio Pardo de Santayana Montes	Ede Ilson Viani	Juan Sebastian Moreno Blanco	Patrícia Fouto Audi
Alessandro Tomao	Carlos Rey de Vicente	Jean Pierre Dupui	Mario Roberto Opice Leão	Vanessa de Souza Lobato Barbosa

### DIRETORES SEM DESIGNAÇÃO ESPECÍFICA

Adriana Marques Lourenço de Almeida	Elita Vechin Pastorelo Ariaz	José Teixeira de Vasconcelos Neto	Ricardo Olivares de Magalhães
Amancio Acúrcio Gouveia	Francisco Soares da Silva Junior	Luis Guilherme Mattos de Riberl Bittencourt	Roberto Alexandre Borges Fischetti
Ana Paula Vitali Janes Vescovi	Franco Luigi Fasoli	Luiz Masação Oliveira Filho	Robson de Souza Rezende
André de Carvalho Novaes	Geraldo José Rodrigues Alcmin Neto	Marcelo Augusto Dutra Labuto	Sandro Kohler Marcondes
Carlos Aguiar Neto	Germanuêla de Almeida de Abreu	Marilize Ferrazza Santonini	Sandro Rogério da Silva Gamba
Cassio Schmitt	Gustavo Alejo Viegari	Marino Alexandre Calheiros Aguiar	Thomas Gregor Ilg
Claudencia Lopes Duarte	Igor Mario Viana	Ramón Sanchez Diez	Vitor Otsuki
Daniel Fantoni Assa	Jean Paulo Kambourakis	Ramón Sanchez Santiago	
	João Marcos Pequeno De Baise	Reginaldo Antonio Ribeiro	

### CONTADOR

Gilberto Cabeleira Alves - CRC Nº PR040031/O-7

### DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras pelo critério BRGAAP do Banco Santander, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstrações dos resultados abrangente, demonstrações das mutações do patrimônio líquido, demonstrações dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e dos órgãos reguladores e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração e parecer favorável do Conselho Fiscal do Banco.

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, inclusive para aquelas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.r.santander.com.br), o Comitê de Auditoria dentre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário. O Comitê de Auditoria é atualmente composto por quatro membros independentes, eleitos through deliberações tomadas nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 21 de maio, 29 de junho e 1º de setembro de 2020. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais. Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê de Auditoria são regularmente reportados ao Conselho de Administração, com o qual a coordenação do Comitê de Auditoria reuniu-se regularmente no segundo semestre de 2020, com o qual a coordenação do Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, inclusive para aquelas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.r.santander.com.br), o Comitê de Auditoria dentre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário. O Comitê de Auditoria é atualmente composto por quatro membros independentes, eleitos through deliberações tomadas nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 21 de maio, 29 de junho e 1º de setembro de 2020. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais. Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê de Auditoria são regularmente reportados ao Conselho de Administração, com o qual a coordenação do Comitê de Auditoria reuniu-se regularmente no segundo semestre de 2020, com o qual a coordenação do Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, inclusive para aquelas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.r.santander.com.br), o Comitê de Auditoria dentre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário. O Comitê de Auditoria é atualmente composto por quatro membros independentes, eleitos through deliberações tomadas nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 21 de maio, 29 de junho e 1º de setembro de 2020. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais. Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê de Auditoria são regularmente reportados ao Conselho de Administração, com o qual a coordenação do Comitê de Auditoria reuniu-se regularmente no segundo semestre de 2020, com o qual a coordenação do Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, inclusive para aquelas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.r.santander.com.br), o Comitê de Auditoria dentre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário. O Comitê de Auditoria é atualmente composto por quatro membros independentes, eleitos through deliberações tomadas nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 21 de maio, 29 de junho e 1º de setembro de 2020. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais. Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê de Auditoria são regularmente reportados ao Conselho de Administração, com o qual a coordenação do Comitê de Auditoria reuniu-se regularmente no segundo semestre de 2020, com o qual a coordenação do Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, inclusive para aquelas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.r.santander.com.br), o Comitê de Auditoria dentre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário. O Comitê de Auditoria é atualmente composto por quatro membros independentes, eleitos through deliberações tomadas nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 21 de maio, 29 de junho e 1º de setembro de 2020. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais. Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê de Auditoria são regularmente reportados ao Conselho de Administração, com o qual a coordenação do Comitê de Auditoria reuniu-se regularmente no segundo semestre de 2020, com o qual a coordenação do Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, inclusive para aquelas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.r.santander.com.br), o Comitê de Auditoria dentre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário. O Comitê de Auditoria é atualmente composto por quatro membros independentes, eleitos through deliberações tomadas nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 21 de maio, 29 de junho e 1º de setembro de 2020. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais. Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê de Auditoria são regularmente reportados ao Conselho de Administração, com o qual a coordenação do Comitê de Auditoria reuniu-se regularmente no segundo semestre de 2020, com o qual a coordenação do Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, inclusive para aquelas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.r.santander.com.br), o Comitê de Auditoria dentre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário. O Comitê de Auditoria é atualmente composto por quatro membros independentes, eleitos through deliberações tomadas nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 21 de maio, 29 de junho e 1º de setembro de 2020. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais. Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê de Auditoria são regularmente reportados ao Conselho de Administração, com o qual a coordenação do Comitê de Auditoria reuniu-se regularmente no segundo semestre de 2020, com o qual a coordenação do Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, inclusive para aquelas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.r.santander.com.br), o Comitê de Auditoria dentre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário. O Comitê de Auditoria é atualmente composto por quatro membros independentes, eleitos through deliberações tomadas nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 21 de maio, 29 de junho e 1º de setembro de 2020. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais. Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê de Auditoria são regularmente reportados ao Conselho de Administração, com o qual a coordenação do Comitê de Auditoria reuniu-se regularmente no segundo semestre de 2020, com o qual a coordenação do Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, inclusive para aquelas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.r.santander.com.br), o Comitê de Auditoria dentre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário. O Comitê de Auditoria é atualmente composto por quatro membros independentes, eleitos through deliberações tomadas nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 21 de maio, 29 de junho e 1º de setembro de 2020. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais. Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê de Auditoria são regularmente reportados ao Conselho de Administração, com o qual a coordenação do Comitê de Auditoria reuniu-se regularmente no segundo semestre de 2020, com o qual a coordenação do Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, inclusive para aquelas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.r.santander.com.br), o Comitê de Auditoria dentre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário. O Comitê de Auditoria é atualmente composto por quatro membros independentes, eleitos through deliberações tomadas nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 21 de maio, 29 de junho e 1º de setembro de 2020. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais. Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê de Auditoria são regularmente reportados ao Conselho de Administração, com o qual a coordenação do Comitê de Auditoria reuniu-se regularmente no segundo semestre de 2020, com o qual a coordenação do Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, inclusive para aquelas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.r.santander.com.br), o Comitê de Auditoria dentre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário. O Comitê de Auditoria é atualmente composto por quatro membros independentes, eleitos through deliberações tomadas nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 21 de maio, 29 de junho e 1º de setembro de 2020. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais. Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê de Auditoria são regularmente reportados ao Conselho de Administração, com o qual a coordenação do Comitê de Auditoria reuniu-se regularmente no segundo semestre de 2020, com o qual a coordenação do Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, inclusive para aquelas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.r.santander.com.br), o Comitê de Auditoria dentre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário. O Comitê de Auditoria é atualmente composto por quatro membros independentes, eleitos through deliberações tomadas nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 21 de maio, 29 de junho e 1º de setembro de 2020. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais. Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê de Auditoria são regularmente reportados ao Conselho de Administração, com o qual a coordenação do Comitê de Auditoria reuniu-se regularmente no segundo semestre de 2020, com o qual a coordenação do Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, inclusive para aquelas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.r.santander.com.br), o Comitê de Auditoria dentre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário. O Comitê de Auditoria é atualmente composto por quatro membros independentes, eleitos through deliberações tomadas nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 21 de maio, 29 de junho e 1º de setembro de 2020. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais. Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê de Auditoria são regularmente reportados ao Conselho de Administração, com o qual a coordenação do Comitê de Auditoria reuniu-se regularmente no segundo semestre de 2020, com o qual a coordenação do Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, inclusive para aquelas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.r.santander.com.br), o Comitê de Auditoria dentre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário. O Comitê de Auditoria é atualmente composto por quatro membros independentes, eleitos through deliberações tomadas nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 21 de maio, 29 de junho e 1º de setembro de 2020. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais. Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê de Auditoria são regularmente reportados ao Conselho de Administração, com o qual a coordenação do Comitê de Auditoria reuniu-se regularmente no segundo semestre de 2020, com o qual a coordenação do Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, inclusive para aquelas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.r.santander.com.br), o Comitê de Auditoria dentre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário. O Comitê de Auditoria é atualmente composto por quatro membros independentes, eleitos through deliberações tomadas nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 21 de maio, 29 de junho e 1º de setembro de 2020. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento dos controles internos e riscos operacionais. Os relatórios das atividades e o conteúdo das reuniões do Comitê de Auditoria são regularmente reportados ao Conselho de Administração, com o qual a coordenação do Comitê de Auditoria reuniu-se regularmente no segundo semestre de 2020, com o qual a coordenação do Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

O Comitê de Auditoria do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), instituição líder do Conglomerado Econômico-Financeiro do Santander ("Conglomerado"), possui atuação única para todas as instituições e sociedades que compõem o Conglomerado, inclusive para aquelas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Conforme seu Regimento Interno, disponível no site de Relações com Investidores do Santander (www.r.santander.com.br), o Comitê de Auditoria dentre suas atribuições, assessora o Conselho de Administração na avaliação da fidedignidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, bem como na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, o Comitê de Auditoria recomenda a correção e o aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgar necessário. O Comitê de Auditoria é atualmente composto por quatro membros independentes, eleitos through deliberações tomadas nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 21 de maio, 29 de junho e 1º de setembro de 2020. Atua por meio de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitor